

Tendências do Desenvolvimento em Angola e Moçambique: Investimento, Comércio e Cooperação

Patrícia Magalhães Ferreira | Rita Pais

Angola

Principais indicadores de desenvolvimento

Angola é, actualmente, uma das economias mundiais em maior e mais rápido crescimento, sendo a sua evolução recente marcada por um forte aumento do PIB, por uma quebra acentuada da inflação e das taxas de juro, pelo aumento das reservas externas e por um crescimento acentuado das exportações.

Esta evolução positiva da economia angolana deve-se a vários factores. Por um lado, o fim do conflito interno veio permitir a reorientação de importantes recursos humanos e financeiros para a reconstrução do país, ao mesmo tempo que criou um novo ambiente de confiança, que se começa a traduzir num aumento significativo do investimento. Por outro lado, tem a ver com o aumento das receitas petrolíferas. O petróleo continua a dominar a economia angolana, representando cerca de 92% das exportações, não obstante as exportações de outros produtos, designadamente os diamantes, terem registado aumentos significativos. Em 2005, contribuiu para 49% do PIB. Apesar do crescente volume de investimento em áreas não petrolíferas, o peso relativo da produção de petróleo na economia angolana (que não deverá alterar-se significativamente nos próximos anos) faz com esta seja pouco diversificada, mesmo quando comparada com outras economias africanas. Por fim, é o resultado da adopção, a partir de 2000, de um conjunto de medidas de política económica – reunidas no Plano de Estabilização Económica –, das quais se salientam a liberalização das taxas de juro e de câmbio, a harmonização de políticas monetárias e fiscais, a estabilização cambial e o maior controlo orçamental. Estas reformas foram complementadas com alterações da legislação sobre o investimento e legislação comercial, que vieram melhorar o ambiente de negócios, como é o caso da Lei das Sociedades Comerciais; da Lei sobre os Contratos de Distribuição, Agência e *Franchising*; da Lei sobre os Contratos de Conta em Participação, Consórcios e Agrupamentos de Empresas; da Lei do Investimento Privado; da Lei de Delimitação de Sectores de Actividade Económica; da Lei do Fomento do Empresariado Angolano; da Lei da Arbitragem Voluntária; da Lei sobre os Incentivos Fiscais e Aduaneiros ao Investimento Privado; ou ainda da Lei Geral da Actividade Seguradora.

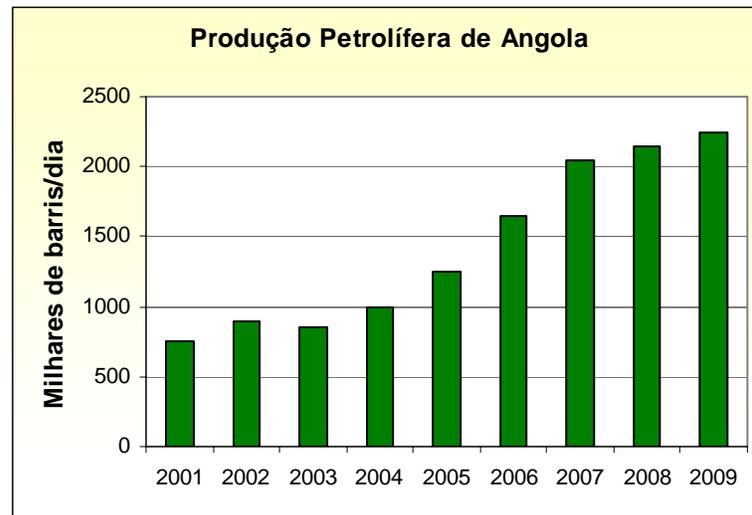
Apesar das melhorias macroeconómicas referidas, estas não tiveram ainda impacto relevante na melhoria efectiva das condições de vida da população, mantendo-se disparidades significativas na distribuição da riqueza, não obstante os elevados níveis de crescimento.

Em 2002, com o fim da guerra civil, os níveis de crescimento do Produto Interno Bruto subiram de 3,1% para 14,4%. Embora se tenha registado uma quebra significativa nesta tendência em 2003, resultado do declínio da produção dos campos petrolíferos mais antigos, a descoberta e exploração de novos campos elevou novamente, a partir de 2004, as taxas de crescimento do PIB para níveis de 11,7% em 2004 e

15,5% em 2005, esperando-se que em 2006 se registre um crescimento de 15,5%¹. Segundo o governo, o rendimento *per capita* ronda actualmente os dois mil dólares, colocando Angola no grupo de países de rendimento médio e representando um aumento de cerca de 57% em relação a 2004².

Espera-se que a produção de petróleo atinja os 2 milhões de barris por dia em 2008, face aos 1,3 milhões produzidos actualmente³, o que influenciará significativamente o PIB, dada a dependência da economia angolana deste sector.

Quadro 1



Fonte: FMI, EIA

A actividade das grandes petrolíferas internacionais é regulada pelos *Production-sharing Agreements* estabelecidos com a Sonangol⁴. O grupo norte americano Chevron-Texaco detém 61% da produção e o grupo francês Total 27%. À Sonangol correspondem 35% das vendas do petróleo, percentagem significativa, se tivermos em conta que, segundo as projecções do FMI, a produção poderá registar, em 2010, uma cifra 90% acima da registada em 2005. A empresa anunciou para 2006 a realização de investimentos na ordem dos 2,1 mil milhões de dólares nas áreas da pesquisa, exploração e produção de crude no país e afirmou existirem reservas de hidrocarbonetos avaliadas em 12,5 mil milhões de barris, o que corresponde a mais de 25 anos de exploração. Recentemente, a Sonangol e a Cabinda Gulf Oil Company Limited (CABGOC) anunciaram uma nova descoberta de petróleo nas águas profundas do Bloco 14, do qual a Sonangol EP é concessionária. Em 2006, Angola ultrapassou já a Arábia Saudita como primeiro fornecedor de petróleo à China.

O sector diamantífero é a segunda maior fonte de receitas do Orçamento Geral do Estado, sendo Angola o quinto maior produtor de diamantes em bruto. Tal como no sector petrolífero, a sua exploração envolve

¹ Dados do Ministério das Finanças de Angola e do Banco Português de Investimentos. Durante o primeiro semestre as previsões apontavam para uma taxa de crescimento de 27,9%, tendo sido posteriormente revista no orçamento geral do Estado rectificativo de 2006.

² In *Estudos Económicos e Financeiros – Angola*, BPI, Agosto de 2006.

³ Dados de Março de 2006, Sonangol.

⁴ A Sonangol – criada em 1976 com a nacionalização da Angol – transformou-se na maior empresa pública angolana. Com um volume de negócios de 7,376 mil milhões, de dólares em 2005 (cerca de 6,5 mil milhões de euros), a Sonangol possui uma infinidade de participadas, divididas entre o petróleo – 13 subsidiárias para a indústria petrolífera e cinco para a distribuição – e as actividades complementares: banca, seguros, construção civil, aviação, transitários, comércio a retalho (como assistência à produção agro-pecuária) e telecomunicações.

uma empresa estatal – ENDIAMA⁵ – e grandes empresas mineiras internacionais. A ENDIAMA espera atingir uma produção anual de diamantes de 12 milhões de quilates no final de 2006, podendo subir para 19 milhões em 2009 (comparativamente aos 7 milhões registados em 2005). Os principais investimentos neste sector situam-se na mina de Catoca (Província da Lunda Norte), explorada pelo consórcio entre a ENDIAMA, a Alrosa (diamantífera russa), a Odebrecht (brasileira) e o empresário israelita Lev Leviev (LLD). Até há pouco tempo, o sector diamantífero consistia exclusivamente na exploração mineira e venda de diamantes em bruto, controlada sobretudo pela Sociedade de Comercialização de Diamantes de Angola (SODIAM), detida em 99% pela ENDIAMA. Em Novembro de 2005, foi inaugurada a primeira empresa de lapidação de diamantes – a Angola Polishing Diamonds –, um investimento conjunto da SODIAM e da LLD, diamantífera israelita. A UNITA anunciou também que irá retomar a exploração de diamantes na Lunda Sul e Lunda Norte, através da empresa Sociedade Geral de Minas (SGM), que inicia a sua actividade com um capital social de 5 milhões de dólares.

Em 2005, a indústria diamantífera gerou mais de mil milhões de dólares de comercialização e 150 milhões de receitas fiscais para o Estado, correspondendo a uma receita bruta de exploração na ordem dos 800 milhões de dólares. Isto representa um crescimento considerável face aos anos anteriores, conforme se verifica no quadro em seguida apresentado. Actualmente, este sector utiliza apenas cerca de 40% da capacidade produtiva, o que indicia as possibilidades futuras de crescimento.

Quadro 2
Produção diamantífera no sector formal (por mina)
(Quilates ou outro indicado)

| | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 Estimativas | |
|---------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------|
| | | | | Quilates | USD mln |
| Catoca | 2.625.264 | 2.890.798 | 3.160.409 | 3.600.000 | 222 |
| SDM | 419.045 | 383.756 | 612.691 | 600.000 | 102 |
| Chitolo | 233.930 | 276.781 | 332.134 | 300.000 | 66 |
| Lucapa | 69.306 | 76.410 | 69.159 | n.d. | n.d. |
| Calonda | 199.097 | 182.355 | 276.290 | 300.000 | 60 |
| Mufuto Norte | 244.055 | 314.263 | 254.751 | 3000.000 | 66 |
| Luarica | - | - | 66.558 | n.d. | n.d. |
| Yetwene | - | - | - | n.d. | n.d. |
| Luo/Chimbongo | - | - | - | n.d. | n.d. |
| TOTAL | 3.790.697 | 4.124.363 | 4.771.992 | 5.300.000 | 599 |

Fonte: The Economist Intelligence Unit (EIU), in *Estudos Económicos e Financeiros - Angola*, Banco BPI, Março 2006

A paz e o aumento das receitas do petróleo vieram permitir um maior investimento na reabilitação e construção de infra-estruturas, incluindo o aumento do investimento externo. As necessidades de reconstrução e reabilitação pós-conflito reflectem-se no Programa Geral de Governo 2005-2006 (que prevê um plano de investimentos públicos) e no Orçamento de Estado (OE) de 2006, onde se verifica um considerável aumento das despesas de investimento (24% do PIB contra 8% no ano transacto). O processo de recuperação da economia tem igualmente implicado um aumento das despesas sociais, as quais em 2005 representaram 29% do total dos gastos, comparativamente aos 18% de 2004.⁶

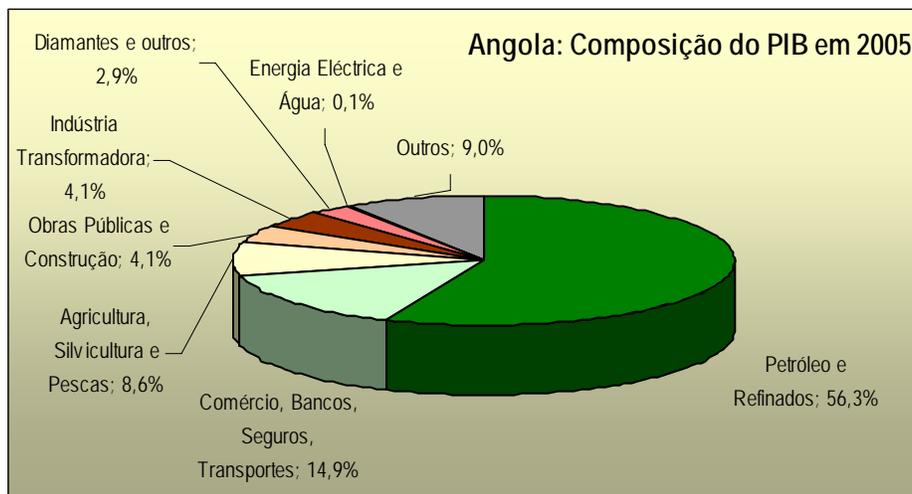
⁵ A Endiama, surgida em 1981, controla o sector da extracção dos diamantes. Segundo estimativas não oficiais, atingiu nos últimos dois anos um volume de negócios acima dos 760 milhões de dólares – o que representa cerca de 90% da produção total angolana do sector (o garimpo não contabilizado afectará seguramente esta percentagem).

⁶ In *Estudos Económicos e Financeiros - Angola*, BPI, Agosto de 2006.

Apesar da dependência da economia angolana fase ao sector petrolífero – que se estima poder registar um crescimento de 15% em 2006 –, os demais sectores económicos têm igualmente um desempenho positivo, devendo crescer 16,2% no ano corrente⁷, impulsionados principalmente pela construção, banca, transportes e comunicações.

No entanto, os constrangimentos à diversificação da economia e à melhoria da produção interna são evidentes, particularmente no sector agrícola. Este emprega cerca de 2/3 da população activa, mas apenas 10% do total da produção é comercializado (sendo o restante agricultura de subsistência). Não existe um sector produtivo interno de bens transaccionáveis, desde logo pelas deficientes infra-estruturas – comunicações, energia, transportes, água e saneamento – de suporte à actividade produtiva fora dos sectores petrolífero e diamantífero. A produção agrícola das unidades familiares tem crescido lentamente, em resultado da desminagem e do realojamento de deslocados e ex-combatentes nas suas áreas de origem. Até agora, o governo conseguiu realojar perto de 4 milhões de deslocados.⁸ No entanto, o potencial agrícola do país está ainda muito subaproveitado – apenas 3% da superfície agrícola útil está cultivada. As deficientes redes de distribuição e escoamento dos produtos, o baixo nível de capitalização dos produtores e as distorções provocadas por anos consecutivos de ajuda alimentar constituem factores de constrangimento a um crescimento mais rápido do sector agrícola. Para além disso, a recuperação da quota de mercado em alguns produtos tradicionais em que Angola tinha uma posição internacional de destaque – como o café – é dificultada pelo aparecimento de novos produtores muito competitivos que ocuparam essa posição no mercado.

Quadro 3



Fonte: Relatório Económico de Angola 2005, UCAN. In *Estudos Económicos e Financeiros – Angola*, PBI, Agosto de 2006.

⁷ *Idem*. As previsões iniciais do Governo apontavam em 2006 para um crescimento de 37,2% do sector petrolífero e de 11,9% do sector não petrolífero.

⁸ Conclusões Preliminares da Missão do FMI a Angola, 29 Março 2006.

Quadro 4

Angola: principais indicadores económicos

| | 2001 | 2002 | 2003 | 2004e | 2005p | 2006p | 2007p | 2008p | 2009p |
|--|--------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| (variações anuais em percentagem, salvo outra indicação) | | | | | | | | | |
| Rendimento Nacional e Preços | | | | | | | | | |
| PIB Real | 3.1 | 14.4 | 3.4 | 11.2 | 13.8 | 24.5 | 20.5 | 7.1 | 6.3 |
| Sector Petrolífero | -1.0 | 20.6 | -2.1 | 13.9 | 17.6 | 37.0 | 28.0 | 4.2 | 3.1 |
| Sector Não-petrolífero | 9.4 | 7.9 | 9.8 | 8.8 | 9.9 | 10.9 | 11.4 | 10.9 | 10.1 |
| PIB per Capita (USD) | 651 | 764 | 950 | 1.305 | 1.550 | 1.836 | 2.093 | 2.147 | 2.197 |
| Inflação (medida pelo IPC) (final período) | 116.0 | 106.0 | 77.0 | 31.0 | 15.0 | 9.0 | 5.0 | 5.0 | 5.0 |
| Sector Externo | | | | | | | | | |
| Exportações, fob | -16.2 | 25.5 | 14.2 | 44.2 | 26.5 | 28.7 | 21.4 | 1.9 | 2.2 |
| Petróleo | -17.1 | 29.6 | 13.4 | 47.8 | 27.4 | 29.7 | 21.8 | 1.3 | 1.6 |
| Não-petróleo | -8.6 | -7.8 | 22.7 | 6.5 | 13.2 | 13.2 | 13.2 | 13.2 | 13.2 |
| Importações, fob | 4.6 | 18.3 | 45.7 | 22.8 | 28.4 | 15.1 | 12.8 | 9.4 | 3.3 |
| Volume exportações | -0.9 | 21.3 | -2.8 | 14.5 | 18.4 | 38.4 | 28.7 | 4.3 | 3.2 |
| Volume importações | 2.6 | 13.8 | 31.9 | 29.6 | 36.1 | 15.4 | 12.3 | 9.3 | 3.3 |
| Em percentagem do PIB, salvo outra indicação | | | | | | | | | |
| Contas Fiscais | | | | | | | | | |
| Receitas Totais | 45.1 | 40.5 | 37.5 | 37.2 | 38.4 | 38.5 | 39.0 | 38.5 | 36.9 |
| Das quais: petróleo | 35.9 | 31.0 | 28.2 | 28.7 | 28.8 | 28.8 | 29.7 | 28.5 | 26.7 |
| Doações | 2.4 | 0.0 | 0.8 | 0.1 | 0.3 | 1.1 | 0.9 | 0.9 | 0.8 |
| Despesas totais | 48.7 | 49.9 | 44.6 | 41.2 | 34.7 | 34.0 | 35.2 | 35.7 | 35.9 |
| Saldo Global | -3.6 | -9.4 | -7.1 | -4.0 | 3.7 | 4.5 | 3.8 | 2.8 | 1.0 |
| Dívida Pública Interna (1) | n.d. | 7.2 | 6.0 | 5.0 | 7.4 | n.d. | n.d. | n.d. | n.d. |
| Sector Externo | | | | | | | | | |
| Balança de Transacções Correntes (incl. Transferências) | -14.9 | -1.4 | -5.2 | 6.8 | 4.7 | 4.8 | 3.5 | 2.8 | 3 |
| Dívida Externa (USD mil milh) | 7.3 | 8.7 | 9.7 | 9.5 | 9 | 8.4 | 7.6 | 7.3 | 7.9 |
| Dívida Externa/PIB | 81.3 | 81 | 69.9 | 48.6 | 37.6 | 28.8 | 22.2 | 20.3 | 20.7 |
| USD milhões, salvo outra indicação | | | | | | | | | |
| Produto Interno Bruto | 8936 | 10792 | 13825 | 19535 | 23891 | 29133 | 34184 | 36092 | 38034 |
| Reservas Internacionais Líquidas (final período) (2) | 565 | 347 | 790 | 2152 | 2577 | 3329 | 3625 | 3551 | 3931 |
| Reservas Internacionais Brutas (final período) (2) | 766 | 399 | 800 | 2163 | 2588 | 3340 | 3637 | 3562 | 3942 |
| Por Memória | | | | | | | | | |
| Taxa de Câmbio oficial (kwanzas/USD final período) | 31.9 | 58.7 | 79.1 | 85.6 | n.d. | n.d. | n.d. | n.d. | n.d. |
| Produto Interno Bruto (mil milhões de kwanzas) | 197 | 472 | 1031 | 1630 | 2208 | 2883 | 3555 | 3920 | 4337 |
| Produção de Petróleo (milhares de barris por dia) | 741 | 894 | 875 | 996 | 1172 | 1606 | 2056 | 2142 | 2209 |
| Preço do petróleo angolano | 22.7 | 23.7 | 28.2 | 36.4 | 39.2 | 36.7 | 34.7 | 33.7 | 33.2 |

(USD/barril)

Fonte: FMI (Junho 2005), in *Estudos Económicos e Financeiros – Angola*, Banco BPI, Março 2006

Notas: (1) Estimativa do Banco BPI

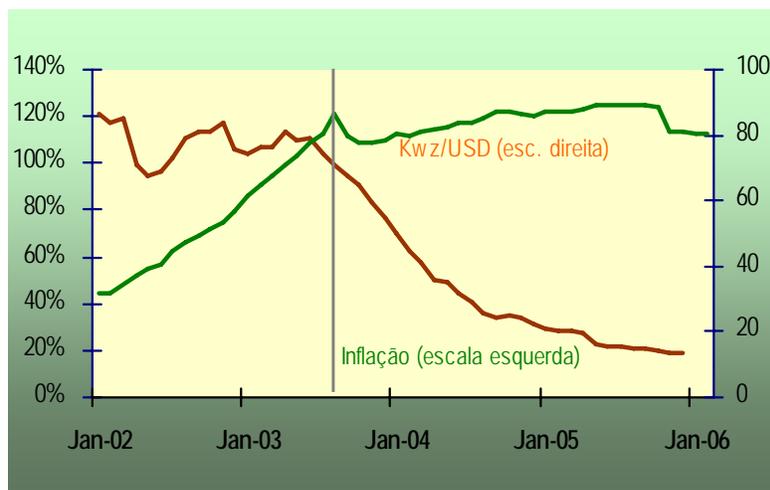
(2) Inclui depósitos do governo em contas no exterior

Relativamente a outros indicadores macroeconómicos, saliente-se que o governo tem levado a cabo uma política monetária de estabilização, mantendo favorável a taxa de câmbio do kwanza face ao dólar, o que proporcionou um maior controlo da inflação, que tem tendência a decrescer. Depois de ter descido de 105%, em 2002, para 18%, em 2005, o objectivo até 2007 é atingir uma taxa de inflação de apenas um dígito.

A par da inflação, as taxas de juro continuam a registar uma trajectória de queda. Também o défice público tem vindo a diminuir, principalmente em resultado do aumento das receitas do petróleo. Segundo o FMI, a economia angolana teve um crescimento das receitas fiscais na ordem dos 7% do PIB (cerca de 2,2 mil milhões de dólares) como resultado da subida das receitas petrolíferas de 5,6 mil milhões de dólares em 2004 para 10 mil milhões em 2005. Com este crescimento das receitas fiscais, dever-se-á diminuir os cerca de 2 mil milhões de dólares atrasados de dívida externa (no total são cerca de 9,5 mil milhões), resolver-se a questão da dívida pública interna (na qual já se fizeram pagamentos na ordem dos mil milhões de dólares) e aumentar-se as reservas líquidas internacionais, ficando o rácio despesas públicas/PIB em cerca de 20% em 2010⁹. O facto de Angola estar a regularizar a sua dívida com os bancos comerciais e com alguns parceiros bilaterais, como Portugal ou o Brasil, pode permitir um reescalamento da dívida com o Clube de Paris, bem como facilitar a sua capacidade de negociação com o FMI. Saliente-se que o rácio dívida externa/PIB registou um decréscimo percentual em 2005 não como resultado de uma redução do *stock* da dívida – que aumentou ligeiramente – mas sim pelo aumento do PIB.

Quadro 5

Inflação e Taxa de Câmbio



Fonte: Banco Nacional de Angola, in *Estudos Económicos e Financeiros - Angola*, Banco BPI, Março 2006

⁹ FMI, Abril 2006.

Quadro 6
Orçamento do Estado por rubrica

| <i>em % do PIB</i> | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 |
|---------------------|------------|------------|------------|------------|
| Receitas | 38% | 37% | 62% | 42% |
| Impostos | 37% | 36% | 59% | 40% |
| Petrolíferos | 28% | 28% | 49% | 33% |
| Não Petrolíferos | 9% | 8% | 10% | 7% |
| Despesas | 45% | 36% | 57% | 48% |
| Despesa Corrente | 36% | 29% | 42% | 25% |
| Pessoal | 13% | 10% | 13% | 11% |
| Bens e Serviços | 16% | 9% | 19% | 7% |
| Subsídios | 5% | 7% | 6% | 4% |
| Juros | 2% | 2% | 2% | 2% |
| Despesas de Capital | 7% | 4% | 14% | 22% |

Fonte: Ministério das Finanças, in *Estudos Económicos e Financeiros* - Angola, Banco BPI, Março 2006. Não inclui os dados do Orçamento rectificativo de 2006.

Apesar do crescimento económico, os níveis de pobreza são muito elevados no país. A Estratégia de Combate à Pobreza (ECP), elaborada em 2003, não exprimia ainda o recente aumento de receitas do OE e não reflecte de forma pormenorizada e actualizada, devido à escassez de informação disponível, os dados sociais e de desenvolvimento humano. O último censo populacional data da década de 70 e o desconhecimento da distribuição geográfica da população é um constrangimento significativo para a avaliação das necessidades e para a avaliação de indicadores sociais. Calcula-se que Angola tenha entre 15,5 e 17,5 milhões de habitantes, dos quais quase metade terá menos de 15 anos.

Um estudo levado a cabo em 2001¹⁰ evidenciou que cerca de 68% da população vivia abaixo do limiar da pobreza (1,7 dólares/dia), sendo que a pobreza afectava 94% das famílias em meios rurais e 57% dos agregados familiares em meios urbanos. Por razões de segurança, o conflito conduziu a um forte movimento migratório das populações das zonas rurais para os centros urbanos (sobretudo para Luanda), o que aumentou a pressão exercida sobre as estruturas da capital e contribuiu para uma degradação das condições de vida e ambientais. Recentemente, o executivo angolano revelou que em 2005 a taxa de pobreza foi de 56%, o que corresponde a menos doze pontos percentuais do que o registado em 2001.¹¹

Segundo dados do PNUD, Angola situa-se em 160º lugar no Índice de Desenvolvimento Humano (num total de 177 países)¹². Encontra-se nessa posição essencialmente devido aos valores do PIB, uma vez que os outros indicadores que compõem o Índice – esperança de vida à nascença e taxa de literacia nos adultos – registam valores muito modestos – 40,8 anos e 66,8%, respectivamente. Mais de 60% da população vive nas zonas rurais e cerca de metade não possui acesso a saneamento básico. A taxa de mortalidade infantil é das mais altas do mundo, devido a uma alimentação deficitária e às más condições sanitárias: 154 mortes em cada 1000 nascimentos no primeiro ano de vida, e 260 em cada 1000 crianças, até aos 5 anos. No acesso à saúde e à educação foram dados passos positivos nos últimos quatro anos, mas os reflexos do fim do conflito e do crescimento económico na melhoria da prestação dos serviços sociais está ainda muito aquém do esperado.

A Estratégia de Combate à Pobreza, formulada para o período 2003-2015, pretende constituir o quadro de

¹⁰ Inquérito às Despesas e Receitas Familiares.

¹¹ Estudos Económicos e Financeiros, BPI, Agosto de 2006.

¹² Relatório do Desenvolvimento Humano, 2005.

referência para a definição de estratégias, programas de Governo e orçamentos sectoriais na fase de recuperação pós-conflito, tendo por objectivo central a «consolidação da paz e da unidade nacional através da melhoria sustentada das condições de vida do cidadão angolano mais carenciado e vulnerável». Estabelece como meta global a redução do nível de pobreza para metade até 2015, em alinhamento com os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. Os objectivos definidos na Estratégia são operacionalizados em dez áreas de intervenção prioritária, conforme a tabela seguinte.

Quadro 7

Estratégia de Combate à Pobreza (ECP): Áreas Prioritárias, Objectivos e Metas

| | Objectivos Específicos | Metas Genéricas |
|--|--|--|
| 1. Reinserção Social | Apoiar o regresso e a fixação dos deslocados internos, refugiados e desmobilizados para zonas de origem ou realojamento, integrando-os de forma sustentável na vida económica e social | Inserir na sociedade os actuais 3.8 milhões de deslocados, 450.000 refugiados e 160.783 desmobilizados de guerra e seus dependentes até 2006 |
| 2. Segurança e Protecção | Garantir as condições mínimas de segurança física do cidadão através da desminagem, do desarmamento e da garantia da lei e da ordem por todo o território nacional | Desactivar as minas anti-pessoais e outros engenhos explosivos em todo o território nacional com potencial agrícola e próximo de zonas habitacionais até 2006 |
| 3. Segurança Alimentar e Desenvolvimento Rural | Minimizar o risco de fome, satisfazer as necessidades alimentares internas e relançar a economia rural como sector vital para o desenvolvimento sustentado | Aumentar de forma sustentável a produção agrícola interna para níveis que assegurem a segurança alimentar para toda a população |
| 4. VIH/SIDA | Controlar a propagação do VIH/SIDA e mitigar o impacto nas pessoas vivendo com VIH/SIDA e suas famílias. | Assegurar o conhecimento do VIH/SIDA e das suas formas de transmissão por 85% da população até 2006 |
| 5. Educação | Assegurar o acesso universal ao ensino primário, eliminar o analfabetismo e criar as condições para a protecção e integração de adolescentes, jovens e pessoas com necessidades educativas especiais, garantindo sempre a equidade de género | - Garantir o acesso à escolaridade primária obrigatória de todas as crianças até 2015 - Erradicar o analfabetismo de adultos até 2015 |
| 6. Saúde | Melhorar o estado de saúde da população, em especial através do aumento do acesso a cuidados primários de saúde de qualidade e do controlo da propagação do VIH/SIDA | - Assegurar a cobertura universal de vacinações contra as principais doenças infantis (sarampo, DTP3, BCG e Pólio3), até 2015 - Reduzir a taxa de mortalidade de menores de cinco anos em 75% até 2015 - Reduzir a taxa de mortalidade materna em mais de 75% até 2015 |
| 7. Infra-estruturas Básicas | Reconstruir, reabilitar e expandir as infra-estruturas básicas para o desenvolvimento económico, social e humano | - Reabilitar e fazer trabalhos de manutenção periódica na rede nacional de estradas que permitam a circulação (15.500 km) - Melhorar da operacionalização dos Caminhos de Ferro, através da implementação do Programa de Reabilitação dos Caminhos de Ferro de Angola - Aumentar o acesso à água potável para 76% nas áreas urbanas e 48% nas áreas rurais, até 2006 - Aumentar o acesso a sistemas de saneamento para 79% nas áreas urbanas e 32% nas áreas rurais, até 2006 - Aumentar a proporção de agregados familiares com energia eléctrica em casa para 25% até 2006 |

| | | |
|---|---|--|
| | | - Disponibilizar habitação social para as famílias vivendo em situações mais precárias (11.500 famílias em Luanda e 17.000 nas províncias), até 2006 |
| 8. Emprego e Formação Profissional | Valorizar o capital humano nacional, promover o acesso ao emprego e auto-emprego e dinamizar o mercado de trabalho garantindo a protecção dos direitos dos trabalhadores | Meta genérica não especificada |
| 9. Governação | Consolidar o Estado de Direito, tornar mais eficiente a prestação da Administração Pública, aproximando-a mais do cidadão e das suas necessidades, e assegurar transparência e responsabilização na formulação de políticas e na gestão dos recursos públicos | Assegurar o registo de nascimento e a emissão do Bilhete de Identidade a todo o cidadão até 2015 |
| 10. Gestão Macroeconómica | Criar um ambiente de estabilidade macroeconómica que evite desequilíbrios nos mercados (prejudiciais para os mais pobres) e estimule o crescimento económico assegurando uma redução sustentável da pobreza | Reduzir e estabilizar a taxa de inflação média anual em torno dos 10% até 2006 |

Fonte: Estratégia de Combate à Pobreza, Direcção de Estudos e Planeamento do Ministério do Planeamento da República de Angola. In Avaliação do Programa Indicativo de Cooperação Portugal-Angola 2004-2006, BDO, Julho 2006.

Tendências da Ajuda Internacional em Angola

Os fluxos da Ajuda Internacional a Angola têm vindo a aumentar, muito embora o país não seja um dos receptores preferenciais da comunidade internacional. Até ao fim do conflito, verificaram-se níveis elevados de ajuda de emergência e assistência alimentar, em grande medida geridos pelas agências das Nações Unidas. Nos anos de 2003 e 2004, as actividades relacionadas com o alívio da dívida e a ajuda de emergência absorveram mais de 50% dos recursos globais da Ajuda. As agências multilaterais e os Estados Unidos canalizaram a maior parte da ajuda humanitária, que agora dá lugar a projectos de desenvolvimento devido à estabilização da situação de segurança.

No entanto, os recursos da ajuda ao desenvolvimento após o fim do conflito não têm aumentado por forma a compensar o declínio da ajuda humanitária, devido a duas razões principais. Por um lado, espera-se que Angola financie grande parte da sua recuperação, dados os vastos recursos naturais e as receitas daí decorrentes. Por outro lado, a afectação de montantes mais elevados de ajuda ao desenvolvimento está em grande medida dependente, ao nível das sedes dos doadores bilaterais e multilaterais, de condicionalidades políticas, das quais a realização de eleições é parte integrante. No entanto, permanece por definir a data das mesmas, em parte devido aos problemas no processo de recenseamento, da necessidade de existência de condições que assegurem uma participação quase total da população (com actuais obstáculos ao nível das deslocações), ou de atrasos na conclusão da nova Constituição, entre outros. A transparência nas contas do petróleo continua igualmente a ser um factor de desacordo ou tensão, em particular com o FMI. Em causa está igualmente a realização de uma conferência de doadores, que tem sido condicionada a contrapartidas de natureza política e económica.

Neste contexto, o reforço institucional e várias iniciativas de apoio à governação e à democracia estão no centro das atenções externas e representam novas áreas prioritárias para grande número dos doadores, registando grande número de acções de cooperação em 2005. Para além destas, as intervenções da ajuda internacional concentraram-se essencialmente no desembolso de recursos financeiros para apoio a programas de desminagem, desmobilização, aumento da segurança alimentar e reabilitação de infra-estruturas.

Em 2004, o montante global da ajuda ascendeu a 1.144 milhões de dólares, o que quase quadruplica o valor referente a 2003 (497 milhões de dólares). Entre os maiores doadores da APD bruta no período 2003/04 contam-se, por ordem, Portugal (367 milhões de dólares), os Estados Unidos (139 milhões), a Comissão Europeia (72 milhões), o Japão (29 milhões) e a Noruega (24 milhões)¹³. A posição cimeira de Portugal deve-se principalmente ao perdão da dívida, formalizado em 2004, que correspondeu a 97,54% do total da ajuda bilateral a Angola nesse ano. Como resultado dessa acção, a totalidade da ajuda bilateral portuguesa aumentou de 161,5 milhões de euros para mais de 700 milhões, fazendo subir artificialmente o indicador da APD enquanto percentagem do RNB para 0,63%.

Relativamente aos EUA, Angola, embora não se incluindo no grupo dos principais receptores de ajuda proveniente daquele país, tem vindo a ganhar importância estratégica no quadro dos apoios à África Subsaariana.

A Comissão Europeia é o principal organismo multilateral através do qual a maior parte dos países membros da OCDE canaliza a sua ajuda multilateral, estando Angola entre os 10 maiores receptores da ajuda do conjunto dos países do CAD/OCDE.

¹³ Comité de Apoio ao Desenvolvimento da OCDE, www.oecd.org/dac

Quadro 8

Principais Doadores de Angola – Ajuda para o Desenvolvimento

| Doador | Período | Valor da APD (milhões de dólares) | Principais sectores de apoio ao desenvolvimento (excluindo ajuda humanitária) |
|-------------------------------------|-------------|-----------------------------------|---|
| Cooperação Bilateral | | | |
| Itália | 2004-2005 | 36 | Saúde Básica e educação; água e saneamento; reforço da sociedade civil; HIV/SIDA; aumento da transparência e <i>accountability</i> |
| Reino Unido (incluindo DFID) | 2004 - 2005 | 36 | |
| Portugal | 2004 - 2005 | 30 | Saúde básica, educação, formação profissional. Agricultura; democracia |
| EUA (incluindo USAID) | 2004 - 2005 | 21 | |
| França | 2004 - 2005 | 10 | Agricultura, educação, reinserção social, geologia e minas |
| Noruega | 2004 | 9 | Educação básica, aumento de eficiência do sector público, reforço da sociedade civil |
| Alemanha | 2004 - 2006 | 8 | Saúde básica; grupos vulneráveis; água e saneamento |
| Espanha | 2004 | 8 | |
| Suécia | 2004 | 7 | Saúde básica, infra-estrutura, direitos humanos |
| Holanda | 2004 - 2005 | 4 | HIV/SIDA; direitos humanos |
| Suíça | 2004 - 2005 | 3 | HIV/SIDA; saúde básica; governação |
| Cooperação Multilateral | | | |
| African Develop. Bank | 2005 | 1 | Educação básica; pescas; saúde; reinserção social; ambiente |
| Comissão Europeia | 2004 - 2007 | 300 | Educação básica; saúde; infra-estrutura |
| FAO | 2004 | 4 | Reforço dos governos locais; gestão do ambiente; segurança alimentar |
| FIDA | 2004 - 2005 | <1 | |
| Comissão dos Direitos Humanos (ONU) | 2004 - 2007 | 4 | Direitos Humanos |
| UNDESA | 2004 - 2007 | 2 | Eficiência do Sector Público |
| PNUD | 2005 - 2007 | 12 | HIV/SIDA; transparência e <i>accountability</i> ; reforço da sociedade civil |
| Unesco | 2004 - 2007 | 9 | Educação básica; gestão do ambiente; conhecimento e inovação |
| FNUAP | 2004 - 2007 | 17 | HIV/SIDA; saúde básica; eficiência do sector público |
| UNHabitat | 2004 - 2007 | 3 | Reforço dos governos locais; gestão do ambiente; HIV/SIDA; apoio a refugiados |
| ACNUR | 2004 - 2007 | 2 | |
| UNICEF | 2004 - 2007 | 90 | HIV/SIDA; saúde básica; educação básica |
| UNIFEM | 2004 - 2007 | 0,2 | HIV/SIDA; reforço da sociedade civil |
| Banco Mundial | 2004 - 2007 | 331 | Serviços sociais básicos; reinserção social; HIV/SIDA; gestão macroeconómica e aumento das capacidades; reabilitação da infra-estruturas; desenvolvimento do sector privado |
| OMS | 2004 - 2006 | 14 | HIV/SIDA; saúde básica; água e saneamento |

Fonte: Inquérito do Banco Mundial junto dos doadores bilaterais e multilaterais, Dezembro 2004

Quadro 9
Assistência humanitária por doador (2002-2004)

| | 2002 (dólares) | 2003 (dólares) | 2004 (dólares) | 2004 % |
|--------------------------|--------------------|--------------------|--------------------|------------|
| EUA | 115,489,826 | 119,951,736 | 47,584,517 | 29,2 |
| ECHO e Comissão Europeia | 50,876,608 | 34,818,227 | 20,876,100 | 12,8 |
| Suécia | 12,232,588 | 11,188,285 | 17,332,487 | 6,9 |
| Suíça | 3,935,105 | 5,085,069 | 7,992,494 | 4,9 |
| Holanda | 13,487,970 | 11,846,449 | 7,266,444 | 4,5 |
| Agências Nações Unidas | 3,547,487 | 9,163,997 | 7,852,600 | 4,8 |
| Reino Unido | 6,190,542 | 3,169,923 | 6,647,741 | 4,1 |
| Alemanha | 10,342,387 | 3,593,019 | 6,550,610 | 4 |
| Dinamarca | 4,886,794 | 4,969,042 | 5,983,684 | 3,7 |
| Canadá | 6,792,562 | 3,418,501 | 5,466,136 | 3,4 |
| Noruega | 4,083,921 | 6,053,907 | 5,352,663 | 3,3 |
| Japão | 2,463,812 | 4,307,979 | 5,305,509 | 3,3 |
| França | 6,869,480 | 7,605,942 | 5,302,664 | 3,3 |
| Itália | 15,958,153 | 2,262,657 | 4,723,608 | 2,9 |
| Angola | ... | ... | 4,310,204 | 2,6 |
| Finlândia | 1,507,460 | 1,957,616 | 3,076,416 | 1,9 |
| Privados | 2,264,924 | 4,757,163 | 2,813,195 | 1,7 |
| Áustria | 119,404 | ... | 1,592,058 | 1 |
| Portugal | ... | 2,125,714 | 1,078,834 | 0,7 |
| Espanha | 730,689 | 468,181 | 891,77 | 0,5 |
| Irlanda | 4,255,968 | 300,086 | 787,587 | 0,5 |
| Federação Russa | ... | 1,000,000 | 479,177 | 0,3 |
| África do Sul | 17,333 | 161,934 | 222,036 | 0,1 |
| República da Coreia | ... | ... | 60 | 0 |
| Bélgica | ... | 542,299 | ... | ... |
| Argélia | ... | 3,178,000 | ... | ... |
| Outros | 639,776 | 488,049 | ... | ... |
| Total | 266,692,789 | 242,413,775 | 163,548,534 | 100 |

Fonte: www.reliefweb.int/fts

A coordenação da ajuda humanitária, que estava a cargo da Unidade Técnica de Coordenação da Ajuda Humanitária (UTCAH), não teve posteriormente correspondência numa coordenação efectiva das acções de ajuda ao desenvolvimento. Nesse sentido, a União Europeia estabeleceu um Plano de Acção para melhoria da coordenação e harmonização entre os membros da UE em Angola, a ser implementado em 2006 e 2007. O plano prevê medidas concretas relativamente à partilha de informação (elaboração de uma base de dados da ajuda, apresentação dos novos projectos aos doadores, construção de um *website*), à coordenação sectorial (criação de grupos de trabalho temáticos a reunirem no mínimo numa base semestral), ao trabalho conjunto a desenvolver pelos doadores (modelos comuns de relatórios, estudos e avaliações conjuntas, revisões conjuntas do *road map*), e à apropriação do processo por parte do Governo (participação nos grupos de trabalho sectoriais, participação em missões de campo dos doadores, etc).

Tendências do Comércio e Investimento

Os fluxos de *investimento directo* em Angola têm variado bastante desde 1998, ano em que o valor total de investimento atingiu 1000 milhões de dólares, embora a tendência seja a de aumento dos fluxos, e o *stock* de investimento tenha crescido de forma estável desde 1995. De facto, Angola tem-se situado, desde 1999, entre os cinco principais receptores de Investimento Directo Estrangeiro em África.

Quadro 10



Fonte: Banco Mundial e World Investment Report

O investimento externo está concentrado sobretudo no sector petrolífero, com os Estados Unidos e a França a deterem um papel destacado enquanto investidores nesta área. O investimento português, embora menor, assume algum relevo no sector terciário, mais especificamente em actividades ligadas ao comércio. Segundo dados da Agência Nacional de Investimento Privado (ANIP), em 2005 foram aprovados 290 projectos, correspondentes a um valor de 2,6 mil milhões de dólares de intenções de investimentos, concentrados, na sua maioria, no sector da construção (85%), da indústria, transportes e comunicações. Os maiores proponentes foram Portugal, os Estados Unidos e a África do Sul.

Segundo o *Inward FDI Performance Index Ratings*, elaborado pelo Comité das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), Angola passou do 105º lugar, em 1999, para 4º, em 2004 (num universo de 140 economias), sendo esse crescimento claramente determinado pelo sector petrolífero. Em contrapartida, já no *Inward FDI Potencial Index Ratings*, Angola surge na 76ª posição. Ou seja, uma mudança da conjuntura petrolífera poderá determinar a queda brusca do IDE em Angola.

Quadro 11
IDE em Angola

| Fluxos de IDE | Em milhões de dólares | | | | | em % da formação bruta de capital fixo | | | | |
|------------------------------|------------------------------|--------|--------|--------|--------|--|------|------|------|------|
| | 1985 - 1995 (média anual) | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 1985 - 19995 (média anual) | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 |
| Angola | 208 | 2146 | 1672 | 3505 | 2048 | 30,5 | 65,5 | 46,1 | 82,6 | 42,7 |
| <i>Inward</i> | ... | 15 | 29 | 24 | 30 | ... | ... | 0,8 | 0,6 | 0,6 |
| <i>Outward</i> | | | | | | | | | | |
| África | | | | | | | | | | |
| <i>Inward</i> | 3584 | 20027 | 12994 | 18005 | 18090 | 4 | 20,7 | 13 | 15 | 12,5 |
| <i>Outward</i> | 1238 | -2557 | 427 | 1215 | 2824 | 2,2 | -2,6 | ... | 1,1 | 2,4 |
| Economias em Desenvolvimento | | | | | | | | | | |
| <i>Inward</i> | 49868 | 217845 | 155528 | 166337 | 233227 | 4,6 | 12,9 | 9,5 | 8,8 | 10,5 |
| <i>Outward</i> | 21580 | 78571 | 47775 | 29016 | 83190 | 1,9 | 3,7 | 2,8 | 1,6 | 4,2 |
| Mundo | | | | | | | | | | |
| <i>Inward</i> | 182438 | 825925 | 716128 | 632599 | 648146 | 3,8 | 12 | 10,6 | 8,3 | 7,5 |
| <i>Outward</i> | 203256 | 743465 | 652181 | 616923 | 730257 | 4,3 | 10,8 | 9,7 | 8,2 | 8,7 |

Fonte: UNCTAD, *World Investment Report 2005*; www.unctad.org

O ambiente de negócios encontra-se actualmente favorecido, quer pelo clima de paz, que vigora desde 2002, quer pelos sinais de coerência e sustentabilidade das reformas económicas, quer ainda pela legislação específica favorecendo o investimento privado. Permanecem contudo constrangimentos ao investimento, como o sub-dimensionamento do sector privado, a fragilidade da oposição política, deficientes infra-estruturas e falta de transparência. Com efeito, o tecido empresarial angolano é frágil e dependente, sem massa crítica para influenciar decisões do Governo ou para se constituir como parceiro forte em projectos. O Governo pretende desenvolver o crédito e apoiar a actividade empresarial interna, nomeadamente pela criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND)¹⁴, colocando à disposição dos empresários um valor anual global de 300 milhões de dólares em crédito bonificado para o financiamento de diversos projectos.

Quadro 12
Ambiente de Negócios

| Factores Positivos | | Factores Negativos | |
|--|--|---|--|
| Democratização | | Interesses Pessoais | |
| Estabilidade Económica | | Fragilidade da Oposição | |
| Consolidação da Paz | | Sub-dimensionamento do sector privado | |
| Modernização do Sector Financeiro | | Mau funcionamento dos serviços sociais básicos | |
| Reforma Institucional | | Deficientes infra-estruturas | |
| Integração Regional | | | |
| Quadro Legal Atractivo | | | |
| Forma de Propriedade | | Mercado Dominante | |
| A empresa até 1975 | Predominantemente privada; Detida maioritariamente por portugueses | Consumo privado e consumo Estatal em equilíbrio | |
| A empresa pós-independência | Predominantemente detida pelo Estado Angolano | Consumo estatal com maior relevância; consumo privado menos significativo | |
| A empresa pós Acordo de Paz de Bicesse | Início da privatização; criação acelerada de empresas privadas | Consumo estatal mais relevante que consumo privado embora com tendência para o equilíbrio. Apesar das alterações qualitativas no tecido económico, o estado angolano continua a ser o maior consumidor. | |

Fonte: Mário Pizarro, Mimeo, apresentado na Conferência do Projecto, IEI, Março 2006.

¹⁴ O projecto lei sobre o FND foi já aprovado pela Assembleia Nacional.

Em resultado das necessidades de reconstrução e reabilitação da economia angolana após o conflito, estão em curso, ou em vias de concretização, importantes projectos, que assumem um carácter estruturante para a economia angolana: é o caso da reabilitação dos caminhos de ferro (Luanda, Benguela e Namibe), da reabilitação das principais estradas e pontes, da construção do novo aeroporto de Luanda, de projectos mineiros não diamantíferos, ou de projectos industriais (gás natural liquefeito, ferro-ligas, alumínio, materiais de construção). Apesar dos esforços para aumentar a poupança interna e de alargar as fontes de financiamento (por exemplo, através da venda de títulos do Tesouro pelo Estado), o financiamento externo continua a ser essencial para o desenvolvimento do país. Face às dificuldades de negociação com o FMI, o governo continua a apostar em financiamentos bilaterais, esperando-se que as linhas de crédito externo ultrapassem os 6 mil milhões de dólares até final de 2006.

A linha de crédito chinesa, actualmente de 4 mil milhões de dólares, é o grande instrumento de financiamento da reconstrução das estradas, linhas férreas e outras infra-estruturas de transporte. Embora sejam grandes as oportunidades de negócio, porque são também grandes as necessidades de reabilitação, a maioria dos projectos implementados no âmbito daquela linha de crédito é adjudicada a empresas chinesas, uma vez que apenas 30% das obras estão reservadas às empresas com capitais angolanos. Algumas empresas de construção estrangeiras têm conseguido alguns projectos pelo facto de terem entrado no mercado angolano pela via de parcerias locais.

Outros países aumentaram as linhas de crédito às suas empresas para o investimento em Angola, como é o caso do Brasil (500 milhões de dólares) ou de Portugal, que aumentou o crédito para 300 milhões de euros, uma vez que anterior linha de 100 milhões estava esgotada.

Relativamente ao *comércio*, os EUA são o principal parceiro, tendo em 2004 exportado para Angola 589 milhões de dólares e importado 4.476 milhões (sendo Angola a terceira fonte de importações dos EUA no âmbito do *African Growth and Opportunity Act – AGOA*)¹⁵. Destes, cerca de 3.907 milhões foram relativos ao petróleo.

Com efeito, as relações comerciais de Angola com o exterior baseiam-se essencialmente na exportação de petróleo e importação de bens de consumo e investimento. Em 2004, só as exportações de petróleo bruto corresponderam a quase 93% do total das exportações, sendo os dois principais destinos os Estados Unidos da América e a China (com 30% e 28,5% respectivamente). Os diamantes são o segundo maior produto exportado, embora bastante distanciados do petróleo (aproximadamente 6% do total das exportações em 2004). Relativamente às importações, o bloco União Europeia é o grande fornecedor de Angola. De entre os países europeus, Portugal continua a ser um parceiro importante (cerca de 20% das importações angolanas provêm de Portugal), embora face a anos anteriores a 2004 tenha perdido algum peso. A África do Sul é, na região, o país com maior relevância.

¹⁵ Dados do AGOA (www.agoa.info)

Quadro 13
Exportações de Mercadorias (1995 – 2004)
Total e por tipo de bens exportados (em milhões de dólares) e por destino (em percentagem)

| | 1995 | 1996 | 1997 | 1998 | 1999 | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 |
|---|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|----------|
| Exportações (milhões USD) | 3.722 | 5.169 | 5.066 | 3.543 | 5.157 | 7.920 | 6.334 | 8.328 | 9.508 | 14.068 |
| Exportações por tipo de bens (milhões USD) | | | | | | | | | | |
| Petróleo bruto (crude) | ... | ... | ... | ... | 4.406,0 | 6.951,0 | 5.690,0 | 7.538,7 | 8.530,4 | 12.442 |
| Produtos refinados petróleo | ... | ... | ... | ... | 75,0 | 132,0 | 92,7 | 95,5 | 138,5 | 160,5 |
| Gás Natural Liquefeito | ... | ... | ... | ... | 9,0 | 37,0 | 20,1 | 10,0 | 15,7 | 30,4 |
| Diamantes | ... | ... | ... | ... | 629,0 | 739,0 | 688,6 | 638,4 | 788,1 | 805,6 |
| Café | ... | ... | ... | ... | 4,0 | 1,2 | 0,6 | 0,4 | 0,8 | 0,3 |
| Outras exportações | ... | ... | ... | ... | 33,0 | 60,0 | 42,3 | 44,9 | 34,6 | 68,2 |
| Exportações por destinos (%) (1) | | | | | | | | | | |
| África | ... | ... | ... | ... | 1,0 | 0,2 | 0,2 | 0,1 | 0,9 | 1,3 |
| <i>entre as quais: África do Sul</i> | ... | ... | ... | ... | 0,7 | 0,1 | 0,0 | 0,0 | 0,6 | 1,3 |
| União Europeia | 6,1 | 7,4 | 6,8 | 4,3 | 17,0 | 17,3 | 26,4 | 28,7 | 14,8 | 6,6 |
| <i>entre os quais: Portugal</i> | 0,4 | 0,3 | 1,0 | 0,6 | 0,2 | 0,6 | 1,7 | 0,8 | 0,0 | 0,0 |
| EUA | 65,9 | 58,0 | 65,0 | 63,5 | 53,2 | 44,6 | 47,9 | 42,0 | 47,1 | 30,0 |
| Outros | 28,0 | 34,6 | 28,2 | 32,2 | 28,8 | 37,9 | 25,5 | 29,2 | 37,2 | 62,0 |
| <i>entre os quais: China</i> | ... | ... | ... | ... | ... | ... | ... | ... | ... | 28,5 |
| Por memória: (milhões USD) | | | | | | | | | | |
| Export. Mercadorias total | 3.722,0 | 5.169,0 | 5.066,0 | 3.543,0 | 5.157,0 | 7.920,0 | 6.534,0 | 8.328,0 | 9.508,0 | 14.068,0 |
| Import. Mercadorias total | 1.852,0 | 2.040,0 | 2.597,0 | 2.079,0 | 3.109,0 | 3.040,0 | 3.179,0 | 3.760,0 | 5.480,0 | 6.362,0 |
| Saldo Balança Mercadorias | 1.870,0 | 3.129,0 | 2.469,0 | 1.464,0 | 2.048,0 | 4.881,0 | 3.355,0 | 4.568,0 | 4.028,0 | 7.705,0 |

Fontes: Banco Nacional de Angola, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal

Para o ano de 2004 a repartição por países da exportação foi calculada a partir das exportações de petróleo, correspondentes a 92% das export. Totais no mesmo ano.

Quadro 14
Importações de Mercadorias (1995 – 2004)
Total e por tipo de bens exportados (em milhões de dólares) e por destino (em percentagem)

| | 1995 | 1996 | 1997 | 1998 | 1999 | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 |
|---|-------|-------|-------|-------|---------|---------|---------|---------|---------|--------|
| Importações (milhões USD) | 1.852 | 2.040 | 2.597 | 2.079 | 3.109 | 3.040 | 3.179 | 3.760 | 5.480 | 6.362 |
| Import. por tipo de bens (milhões USD) | | | | | | | | | | |
| Bens de consumo | ... | ... | ... | ... | 4.406,0 | 6.951,0 | 5.792,0 | 7.548,0 | 8.533,0 | ... |
| Bens intermédios | ... | ... | ... | ... | 182,0 | 245,0 | 304,0 | 437,0 | 580,0 | ... |
| Bens de investimento | ... | ... | ... | ... | 850,0 | 845,0 | 701,0 | 1.130,0 | 1.428,0 | ... |
| Import. por origem (%) | | | | | | | | | | |
| África | ... | ... | ... | ... | 11,5 | 19,5 | 13,8 | 16,7 | 14,1 | ... |
| <i>entre os quais: África do Sul</i> | 8,0 | 18,7 | 9,2 | 9,7 | 9,4 | 15,6 | 12,1 | 14,6 | 12,3 | 8,1 |
| União Europeia | 57,3 | 46,9 | 52,8 | 45,8 | 44,1 | 46,6 | 38,7 | 46,7 | 52,2 | ... |
| <i>entre os quais: Portugal</i> | 20,4 | 21,5 | 22,5 | 20,4 | 14,4 | 17,1 | 14,2 | 19,2 | 18,1 | 12,4 |
| EUA | 15,4 | 14,5 | 13,7 | 17,6 | 12,4 | 11,0 | 8,8 | 13,2 | 12,1 | 3,2 |
| Outros | 27,3 | 38,6 | 33,5 | 36,6 | 32,0 | 22,9 | 38,7 | 23,4 | 21,6 | ... |
| <i>entre os quais: Brasil</i> | ... | ... | ... | ... | ... | ... | ... | ... | ... | 4,7 |
| <i>China</i> | ... | ... | ... | ... | ... | ... | ... | ... | ... | 3,2 |
| Por memória: (milhões USD) | | | | | | | | | | |
| Export. Mercadorias totais | 3.722 | 5.169 | 5.066 | 3.543 | 5.157 | 7.920 | 6.534 | 8.328 | 9.508 | 14.068 |
| Import. Mercadorias totais | 1.852 | 2.040 | 2.597 | 2.079 | 3.109 | 3.040 | 3.179 | 3.760 | 5.480 | 6.362 |
| Saldo Balança Mercadorias | 1.870 | 3.129 | 2.469 | 1.464 | 2.048 | 4.881 | 3.355 | 4.568 | 4.028 | 7.705 |

Fontes: Banco Nacional de Angola, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal

Quadro 15

Destino das exportações de petróleo bruto (2000-2004, milhões de dólares)

| DESTINO | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 |
|--------------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|-----------------|
| EUA | 2.962,0 | 2.784,0 | 2.741,0 | 3.278,7 | 3.906,9 |
| CHINA | 1.342,0 | 528,0 | 1.321,0 | 1.837,0 | 3.711,4 |
| COREIA | 498,0 | 122,5 | 240,9 | 159,0 | 56,8 |
| FRANÇA | 453,0 | 525,1 | 546,0 | 472,4 | 641,8 |
| TAILANDIA | | 34,4 | 162,0 | 244,0 | |
| TAIWAN | 249,0 | 283,5 | 511,6 | 690,4 | 694,3 |
| ESPAÑA | 142,0 | 67,6 | 269,6 | 57,0 | 181,4 |
| INDIA | 102,0 | 74,6 | | 274,2 | 606,6 |
| CHILE | 85,0 | | 27,9 | 67,1 | 406,6 |
| HONG KONG | | 25,0 | | | |
| HOLANDA | 76,0 | 127,8 | 49,1 | 79,1 | 17,8 |
| CANADA | 49,0 | | | 117,2 | 88,3 |
| ITALIA | 38,0 | 90,8 | 374,7 | 266,0 | 23,3 |
| INGLATERRA | 32,0 | 92,6 | 18,0 | 110,0 | |
| ARGENTINA | 27,0 | | | 55,0 | |
| BRASIL | | 124,3 | | 43,0 | |
| ISRAEL | 26,0 | 86,2 | 44,0 | 144,0 | 32,2 |
| PORTO RICO | | | 70,0 | | |
| JAPÃO | | 17,5 | 401,5 | 154,0 | 52,4 |
| PORTUGAL | 20,0 | 89,7 | 32,9 | 127,0 | |
| ALEMANHA | 15,0 | 17,8 | | 28,0 | |
| ÁFRICA DO SUL | 11,0 | 60,2 | 74,8 | 37,0 | 165,0 |
| SINGAPURA | 2,0 | | 71,0 | 74,0 | |
| INDONÉSIA | | | | | 167,6 |
| OUTROS | 821,7 | 538,4 | 582,7 | 216,3 | 1.689,5 |
| Total Exportações | 6.950,7 | 5.690,0 | 7.538,7 | 8.530,4 | 12.441,9 |

Fonte: MINPET-BNA/DEE

Quadro 16
Contas Externas



Fonte: FMI, in *Estudos Económicos e Financeiros - Angola*, Banco BPI, Março 2006.

Apesar de depender do exterior para a satisfação das necessidades básicas e não obstante o previsível aumento das importações como resultado do esforço de reconstrução, o nível das importações tende a ser inferior às exportações, originando uma balança comercial positiva. Esta tendência deverá manter-se nos próximos anos, uma vez que se espera que o crescimento das exportações de petróleo nos próximos anos continue a superar a expansão das importações. A perda de competitividade das exportações não se coloca em Angola, uma vez que estas são essencialmente constituídas por petróleo e diamantes, que têm uma procura pouco elástica e o preço fixado em dólares no mercado internacional. Com a redução da oferta em mercados tradicionais e o previsível aumento da procura por parte de economias emergentes – como a China ou a Índia – a apetência pelo petróleo angolano manter-se-á elevada. Angola é igualmente referida como um dos países onde existem melhores perspectivas de intensificação da exploração diamantífera, sendo natural um aumento da produção.

Principais Indicadores de Desenvolvimento

Desde a assinatura do Acordo de Paz, em 1992, altura em que era considerado um dos países mais pobres do mundo, a economia e a sociedade moçambicanas transformaram-se profundamente, com o relançamento económico pós-guerra e a transição para uma economia de mercado. O país encetou um processo de consolidação democrática e de estabilização política, cuja expressão mais recente foi a realização das terceiras eleições legislativas e presidenciais, em Dezembro de 2004. Simultaneamente, envidou esforços para pôr em prática uma ambiciosa agenda de desenvolvimento, os quais se materializaram num crescimento anual do PIB acima dos 7% durante grande parte da última década. A excepção verificou-se em 2000/01, quando as cheias destruíram colheitas agrícolas e danificaram parte da infra-estrutura económica e social básica nas regiões do centro e sul do país, desacelerando o crescimento para menos de 2%. No primeiro semestre de 2006, o PIB cresceu 10%, o que torna provável que o país ultrapasse a previsão inicial de um crescimento anual na ordem dos 7,3%¹⁶. O PIB *per capita* tem igualmente registado um aumento ao longo dos últimos anos, de 230 dólares em 2003 para 290 em 2005, tal como expresso no Quadro 17. Refira-se que o PIB em termos de paridade do poder de compra em 2004 atingiu 23.38 mil milhões de dólares (valor que em Angola foi de 23.17 mil milhões)¹⁷.

As medidas macroeconómicas iniciadas na década de 90 tiveram um impacto positivo no comportamento da economia, tendo contribuído para um maior controlo da relação cambial (em particular com o rand) e da taxa de inflação (que em 2005 esteve acima do previsto, mas cuja meta em 2006 é de 7%). As reformas em curso na administração pública, tornando-a mais eficaz no relacionamento com o público e na execução das suas funções, também têm um impacto positivo no desempenho da economia. As alfândegas e a colecta de impostos (agora sob uma única administração tributária) têm anualmente aumentado as arrecadações do fisco, contribuindo assim positivamente para o orçamento do Estado. Para 2006, o Ministério das Finanças prevê colectar 27.016 mil milhões de meticais, o que representa um aumento de cerca de 25% do valor arrecadado em 2005.

Embora muitos dos progressos se verifiquem ao nível urbano, existe igualmente uma evolução positiva no sector agro-industrial, com a mudança de propriedade das empresas algodozeiras, a recuperação das unidades industriais de açúcar, a construção de duas fábricas de tabaco – esta cultura, recente, já produz cerca de 78 mil toneladas para exportação. No entanto, o crescimento no sector da agricultura, que constitui a base de sustento da maioria da população moçambicana, mantém-se modesto, sendo impulsionado essencialmente pela castanha de caju (crescimento de 142,7% em 2005), pelo tabaco (33,9%) e pela cana-de-açúcar (19%). No total, a produção agrícola cresceu 1,8% em 2005, o que indica uma desaceleração se comparado com 2004 (9%), em parte devido aos problemas climáticos que afectaram em grande escala as zonas centro e sul do país.

Se há cerca de seis anos as principais exportações eram agrícolas (camarão, algodão, caju), actualmente os primeiros produtos de exportação são o alumínio, a energia eléctrica – exportada para a África do Sul – e o gás natural. O alumínio constitui mesmo cerca de 85% do total das exportações moçambicanas para o mercado europeu. Com efeito, grande parte do crescimento deve-se aos *mega-projectos* levados a cabo

¹⁶ Ministério das Finanças de Moçambique.

¹⁷ In *CIA World Fact Book* (<http://www.cia.gov/cia/publications/factbook/>)

por consórcios estrangeiros, como a indústria de alumínio Mozal (maioria de capitais australianos) ou a exploração de gás de Pande pela Sasol (capitais sul-africanos).

Também em resultado do investimento nos mega-projectos, a indústria extractiva registou um crescimento significativo em 2003 e 2004, sendo que o alumínio correspondeu a cerca de 50% do total da produção industrial e a produção de gás aumentou em 130%. A indústria transformadora cresceu sobretudo a nível das empresas de capital intensivo, de bebidas e cimento. No que concerne aos serviços, o sector dos transportes e comunicações foi o que registou maior crescimento, tal como se verifica no Quadro 18, o qual se deve essencialmente aos investimentos nos corredores de Maputo, Beira e Nacala, bem como ao surgimento de uma nova operadora móvel de capitais sul africanos, a Vodacom.

Para os próximos anos, os sectores com maiores perspectivas de crescimento são: agricultura, indústria baseada nos recursos naturais (mineira, alimentar, florestal e têxtil e vestuário) e turismo. É ainda de salientar a expectativa que foi recentemente criada com a adjudicação de vários blocos para prospecção de petróleo a empresas internacionais, para a bacia do rio Rovuma, sendo o total do investimento previsto para prospecção de 300 milhões de dólares.

Sectores com maior potencial de crescimento

Agricultura

O potencial agrícola moçambicano é escassamente explorado. Apenas 15% da terra arável está sob exploração. E ainda apenas 14% dos 3.3 milhões de hectares irrigáveis estão sendo propriamente explorados¹⁸. Existem boas perspectivas de crescimento de culturas de rendimento como algodão, tabaco e castanha de caju, e também em culturas alimentares, como milho, arroz e horticulturas (flores, piripiri, frutos tropicais entre outros).

O deficiente acesso ao financiamento para actividades agrícolas e a incipiente rede de comercialização tem dificultado o crescimento deste sector. Continua a fazer-se sentir facilidades de crédito agrícola. Em termos organizacionais verifica-se um desenvolvimento de associações de agricultores e mercados rurais, providenciando assim condições para que a produção de excedentes agrícolas aumente.

Indústria

O sector *mineiro* representa uma área de crescente interesse em termos de investimentos de grande dimensão. Exemplos deste facto são os projectos de investimentos em prospecção de minerais, como o da Companhia do Vale do Rio Doce (carvão de Moatize), os projectos de areias pesadas de Moma e de Chibuto. Favorece ainda este interesse o enorme potencial geológico, maioritariamente ainda não quantificado dada a fase incipiente dos estudos de prospecção.

A entrada recente no mercado de empresas com longa tradição mineira e capacidade financeira (Companhia do Vale do Rio Doce, BHP Billiton, Norsk Hydro) criam optimismo em relação ao futuro deste sector.

A melhoria da lei e regulamentos da actividade mineira e a introdução do Cadastro Mineiro, também constituem alavancas ao desenvolvimento do sector mineiro pois permitem o aumento da informação qualitativa e quantitativa sobre a geologia do país e seu potencial.

Com o aumento da procura interna e do turismo, o sector da *indústria alimentar e agro-industrial* promete um crescimento interessante. Da mesma forma, o sector *florestal*, particularmente o processamento de toros e mobílias apresentam perspectivas de um desenvolvimento saudável, devido aos incentivos governamentais ao processamento interno ao invés da exportação de madeira em toros.

¹⁸ Estatísticas do Banco Mundial.

Considerando a situação moçambicana, com mão-de-obra barata, acesso ao mercado sul-africano, e outros benefícios como resultados dos acordos *European Business Assistance Scheme* (EBAS) e *African Growth Opportunity Act* (AGOA), existem boas perspectivas de desenvolvimento do sector *têxtil e vestuário*. Moçambique é um razoável produtor de algodão que deverá ser usado para lançar a indústria nacional de têxteis e vestuário. Neste sector é essencial à capacitação dos trabalhadores, diminuição do custo de investimento (melhoria do ambiente económico e legal), melhoria dos procedimentos de importação e exportação e o mais importante, a aplicação da experiência já adquirida no sector.

Turismo

Moçambique e o Quênia foram os países que registaram em 2005 o maior índice de crescimento do sector do turismo em todo o mundo (37% e 26% respectivamente), segundo dados da Organização Mundial de Turismo (OMT). O país possui vantagens comparativas no turismo, pois tem vastas áreas costeiras ainda preservadas e de beleza e qualidade internacional. A faixa costeira moçambicana é reconhecida como sendo única em termos de qualidade, biodiversidade, diversidade e riqueza de espécies de habitat. Contribui também, a existência de uma política de turismo bem articulada e de um plano estratégico do sector. Coincidentemente as regiões potenciais ou já em exploração turística, são regiões com baixo potencial agrícola e, portanto, sem grandes conflitos em termos de desenvolvimento.

Este sector carece de investimentos em termos de infra-estruturas e vias de acesso a áreas de maior potencial, em capacitação institucional no planeamento e gestão das actividades turística dos operadores (especialmente no aproveitamento das zonas turísticas), melhoramento do ambiente de negócios (redução de custos e tempo envolvido no início do empreendimento, facilidade de contratação de estrangeiros mais habilitados, redução dos custos e tempo de retorno do investimento), melhoria do nível de educação e habilidades nesta área.

O recente congresso das agências de viagens portuguesas, em Maputo, que levou a Moçambique cerca de 500 operadores poderá ser a alavanca que propulsionará mais turistas portuguesas para Moçambique.

Moçambique registou também avanços significativos em vários *indicadores-chave do desenvolvimento humano e social*, como é o caso, na área da saúde, da redução substancial das taxas de mortalidade materna ou, no sector da educação, de um aumento assinalável da taxa de matrícula no ensino primário. Outros indicadores, como a expansão da rede de telecomunicações e o aumento exponencial do número de utilizadores de computadores, são também ilustrativos das tendências de desenvolvimento.

A *taxa de pobreza absoluta* diminuiu de 69,4%, em 1996-97, para 54,1% em 2002-03, representando uma redução de mais de 15% em 6 anos. Moçambique ultrapassou, assim, a meta estabelecida no primeiro documento estratégico do desenvolvimento, formulado para o período 2001-2005 (o Plano de Acção para a redução da Pobreza Absoluta – PARPA), que previa uma redução do índice de pobreza para 60% até 2005 e para 50% até 2010. Deste modo, Moçambique apresenta boas probabilidades de cumprir o Objectivo de Desenvolvimento do Milénio que se refere à redução da pobreza para metade até 2015, conforme apresentado no Quadro 20. De notar que a pobreza registou maiores reduções nas zonas rurais do que nas zonas urbanas (16% e 10,5%, respectivamente, entre 1997 e 2003) e que o país teve uma melhoria de 88,4% dos indicadores do bem-estar, como o acesso a iluminação moderna, a fontes de água potável, a melhores sistemas de saneamento, a melhores condições habitacionais e a posse de bens duráveis¹⁹.

¹⁹ PARPA II; p.13-14.

É igualmente expectável que o Objectivo 4 (Mortalidade de Crianças) e Objectivo 5 (Saúde Materna) sejam atingidos²⁰, enquanto a igualdade de género em todos os níveis de ensino ou a sustentabilidade ambiental não poderão ser cumpridos caso se mantenham as tendências actuais. Mais importante, o HIV-SIDA ameaça constituir um revés para os progressos alcançados noutras áreas, com a taxa de prevalência do vírus entre adultos a aumentar de 8,2% em 1998 para 13,6% em 2002 e 16,2% em 2004²¹. As províncias com maior número de infectados – Sofala, Maputo e Maputo-Cidade – registam mesmo valores acima dos 20% (26,5%, 20,7% e 20,7% respectivamente). Esta questão é hoje uma das principais ameaças ao desenvolvimento de Moçambique, com reflexos evidentes na produtividade da força de trabalho e em indicadores como a esperança média de vida da população (que tem registado uma certa regressão, situando-se abaixo da média da África Subsaariana). O número de órfãos devido à doença é igualmente preocupante, representando previsivelmente um esforço adicional em termos dos serviços de saúde e de assistência social²². As estimativas indicam que o HIV-SIDA poderá fazer reduzir o crescimento económico *per capita* na ordem dos 0,3 a 1,0% por ano.

Apesar de a evolução geral ser positiva, o país continua a registar *índices de desenvolvimento humano baixos*, ocupando o 168º lugar no total de 177 países considerados pelo Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD) – o mais baixo na Comunidade de Desenvolvimento da África Austral – e inserindo-se no grupo dos Países Menos Avançados (PMA). Cerca de 10 milhões de moçambicanos vivem ainda em pobreza absoluta; 70% da população reside nas zonas rurais e a cobertura nacional do acesso a água potável é de apenas 40,4%, enquanto a taxa de analfabetismo na população adulta está ainda acima dos 50%²³. Para além disso, embora se tenha registado uma certa evolução nos padrões de vida da população, vastos sectores registam grande vulnerabilidade aos riscos externos e a factores como a insegurança alimentar, doenças endémicas – como a malária – e situações de calamidades naturais (secas/cheias).

As altas taxas de crescimento económico camuflam ainda *disparidades regionais* significativas (conforme se verifica no Quadro 19) e um aumento da *desigualdade de rendimentos* entre as várias camadas sociais²⁴.

A proporção do consumo do quintil mais pobre da população diminuiu de 6,6 para 6,1% do consumo total entre 1997 e 2003, enquanto que os 20% mais ricos detêm actualmente mais de metade do consumo total do país, pelo que a redistribuição dos rendimentos se afigura crucial para uma redução mais rápida e mais sustentada da pobreza.

Em termos regionais, o peso da população da Zambézia e Nampula implica que o desempenho destas duas províncias é crucial para a evolução de qualquer indicador ao nível nacional. Na verdade o desempenho tem sido bastante irregular, com a província de Sofala a registar progressos mais significativos através de uma redução do índice da pobreza de 87,9% em 1997 para 36,1% em 2003 e passando assim de província mais pobre para a menos pobre do país. Cinco outras províncias registaram reduções acima da média nacional nos níveis de pobreza: Zambézia e Tete (com reduções da pobreza

²⁰ Entre 1997 e 2003, a taxa de mortalidade de crianças menores de cinco anos decresceu cerca de 19%, tendo o país ultrapassado as metas definidas pelo Governo. A elaboração e implementação da Estratégia Nacional de Redução da Mortalidade Materna, que teve início em 2000 e representou um melhor acesso aos serviços de saúde nos cuidados pré-natais e planeamento familiar, contribuiu de forma significativa para uma grande redução no rácio de mortalidade materna (de 1000 óbitos maternos por 100.000 nados vivos no início da década de 90, para 408 por 100.000 nados vivos em 2003).

²¹ População de 15 a 49 anos de idade. *In Relatório sobre os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio*, Moçambique 2005

²² Em 2003, o número de órfãos devido ao HIV-SIDA era de 225.000, em 2005 cerca de 325.800, e em 2010 estima-se que ultrapassarão os 626.000.

²³ Dados de 2005, Governo de Moçambique

²⁴ O coeficiente de Gini, que mede a disparidade de rendimentos da população, aumentou de 0,40 em 1997 para 0,42 em 2003, e o consumo da população considerada pobre registou um crescimento mais lento, em termos percentuais, do que o da população rica.

superiores a 20%), Manica, Niassa e Nampula. Ao contrário, Gaza e Inhambane registaram as reduções menos significativas, com esta última a apresentar o índice de pobreza mais elevado do país (80,7% em 2003). O nível de pobreza aumentou mesmo em três províncias – Maputo, Cabo Delgado e Maputo-Cidade –, o que poderá ser resultado da volatilidade das taxas de câmbio (com a apreciação do rand durante 2002 e 2003), da seca que afectou a região sul ao longo dos últimos quatro anos e também da migração rural-urbana. Com efeito, o Departamento das Nações Unidas para os Assuntos Económicos e Sociais calcula que em 2015 haverá quase o mesmo número de pessoas a viverem nas zonas urbanas e nas zonas rurais, pelo que a pressão da população sobre estas zonas constitui um desafio importante para o desenvolvimento. No entanto, importa salientar que ao nível das medidas da pobreza não relacionadas com o rendimento – como a disponibilidade dos serviços públicos, os níveis de alfabetização e as taxas educacionais –, a região sul continua a registar valores mais altos, como demonstra o Inquérito aos Agregados Familiares (IAF) realizado em 2002-3.

O documento estratégico que estabelece as orientações e prioridades do desenvolvimento em Moçambique – o Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta (PARPA), actualmente em vigor para o período 2006-2010 (PARPA II) e que operacionaliza o Programa Quinquenal do Governo, aprovado para o período 2005-2009 – define como principal prioridade a redução da incidência da pobreza absoluta de 54%, em 2003, para 45% em 2009, através de uma progressão gradual medida por indicadores e metas anuais específicas.

O documento organiza-se em torno de três pilares principais – Governação, Capital Humano e Desenvolvimento Económico –, para além de diversos temas transversais²⁵.

Relativamente à *Governação*, afirma-se que o bom funcionamento das instituições do Estado, a sua capacidade de aproximar os serviços dos cidadãos, a inclusão de formas de democracia participativa na administração pública e a valorização de instrumentos tradicionais de resolução de conflitos têm uma grande relevância para a redução da pobreza. Neste âmbito, é definido um conjunto de objectivos e acções, nas áreas da reforma do sector público, da reforma da justiça e legalidade, na área da ordem pública, e ainda ao nível da estabilidade política e social, da justiça social, da legalidade e segurança, da informação e comunicação²⁶.

No que concerne ao *capital humano*²⁷, são definidas como áreas prioritárias de actuação: a educação (encarada como um sistema amplo e complexo, envolvendo elementos formais e informais e englobando objectivos específicos para cada nível de ensino); a saúde (particularmente no que respeita à melhoria do acesso e da qualidade dos serviços de saúde, à melhoria da eficiência no uso dos recursos e a vários programas prioritários); a água e saneamento (questões do abastecimento, gestão de recursos hídricos, prevenção de cheias); mulher e acção social (desenvolvimento da família, pessoas portadoras de deficiência e idosos); HIV-SIDA (através de uma resposta multisectorial para a prevenção, redução da discriminação, tratamento e mitigação do impacto); juventude e desportos (fortalecimento do movimento associativo e massificação da educação física); e habitação (direito e aproveitamento da terra, durabilidade da habitação).

No pilar do *desenvolvimento económico*²⁸, são estabelecidas metas e acções no âmbito da gestão macro-económica – incluindo a política tributária, a política monetária e cambial, e a política orçamental e de

²⁵ Foram definidos oito temas transversais: Género, HIV-SIDA, Ambiente, Segurança Alimentar e Nutricional, Ciência e Tecnologia, Desenvolvimento Rural, Calamidades, Desminagem. PARPA II, pag.61.

²⁶ PARPA II, pp.77-85.

²⁷ PARPA II, pp.85-115.

²⁸ PARPA II, pp.115-137.

gestão das finanças públicas –; da melhoria do ambiente de negócios; do desenvolvimento do sistema financeiro, da promoção da criação de um sector privado forte, dinâmico, competitivo e inovador; do alargamento da base empresarial e criação de emprego (na agricultura, indústria, pescas, exploração mineira e pesquisa petrolífera); da melhoria da inserção do país na economia regional e internacional; da integração e consolidação do mercado nacional (com especial destaque para os sistemas de transporte).

Quadro 17

Moçambique – Indicadores Económicos e Sociais

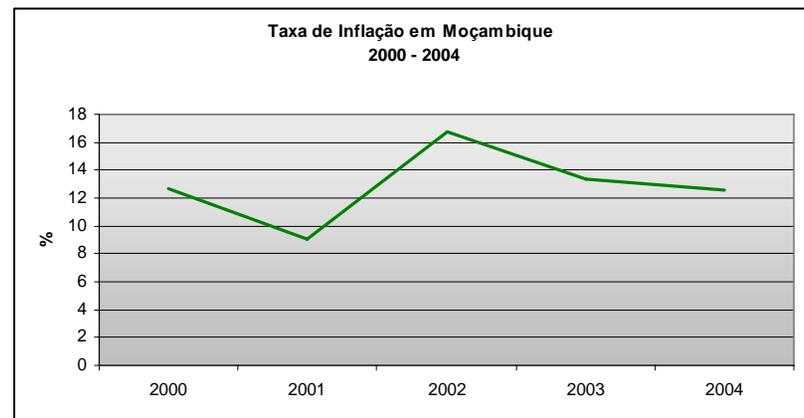
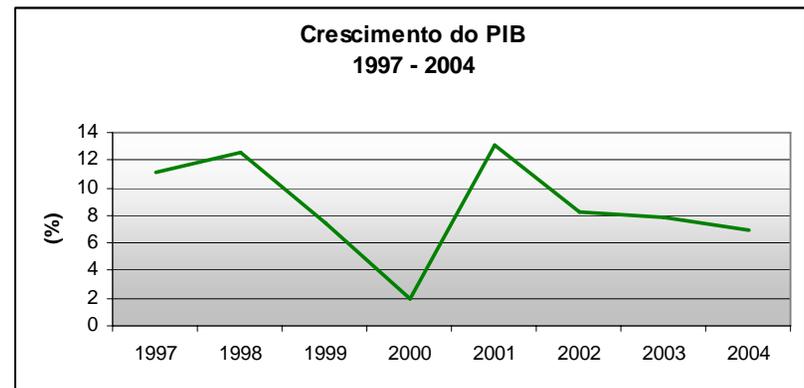
| | 2003 | 2004 | 2005 |
|---|------|------|------|
| População | 18,8 | 19,1 | 19,4 |
| Taxa de Crescimento Populacional | 1,9 | 1,8 | |
| Esperança Média de Vida | 40,7 | | |
| Prevalência HIV-SIDA | 16,2 | | |
| Posição no Índice de Desenvolvimento Humano (177países) | 168º | | |
| Crescimento anual do PIB (%) | 7,9 | 7,5 | 7,7 |
| PIB (USD milhões) | 4786 | 5912 | 6720 |
| PIB <i>per capita</i> (USD) | 230 | 250 | 290 |
| Estrutura do PIB (%) | | | |
| Agricultura | 24 | 23 | 23 |
| Indústria | 28 | 29 | 30 |
| Serviços | 48 | 47 | 47 |
| Inflação | 13,4 | 12,6 | 14 |
| Investimento Interno (%PIB) | 25,9 | 20,7 | 22,2 |
| Investimento Público | 12 | 9 | 12 |
| Investimento Privado | 14 | 11 | 10 |
| Investimento Directo Estrangeiro (USD Milhões) | 342 | 245 | 135 |
| Despesa Pública (%PIB) | 26,5 | 24,7 | 27,1 |
| Ajuda (%PIB) | 15,7 | 14,4 | 13,5 |
| Taxas de Juro (empréstimos comerciais) | 24,7 | 22 | 19,5 |

Fonte: Banco Mundial

Quadro 18 Crescimento do PIB, por sector 1998 - 2004

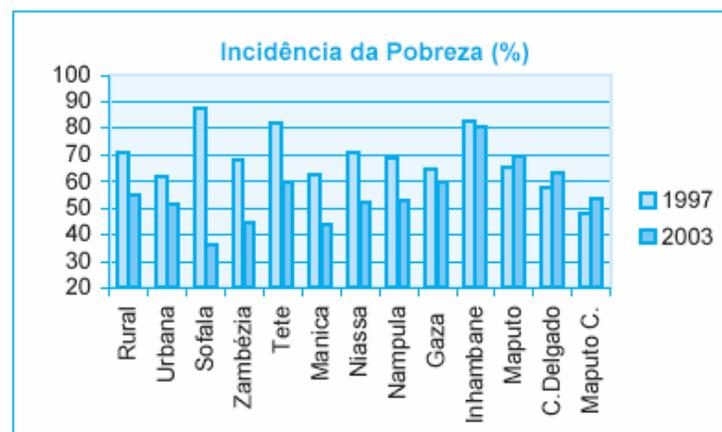
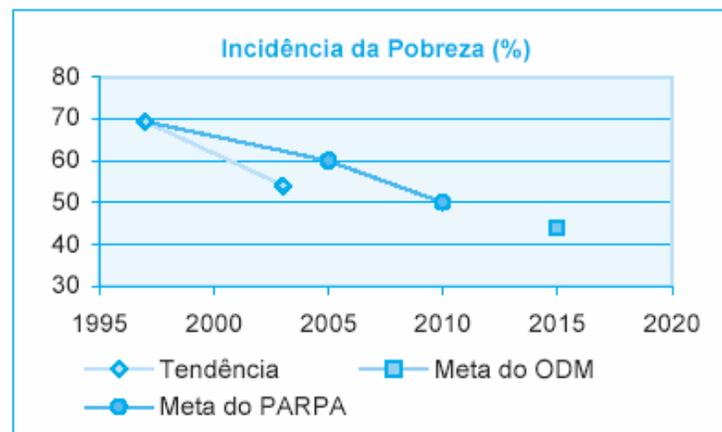
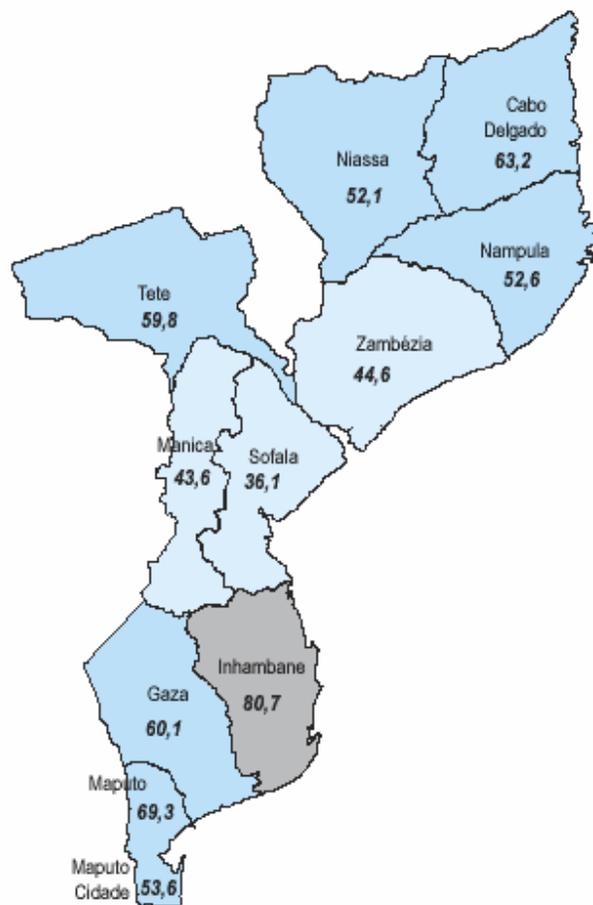
| | 1998 | 1999 | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 |
|--|-------|-------|-------|------|------|------|-------|
| Total PIB | 12,6 | 7,5 | 1,9 | 13,1 | 8,2 | 7,9 | 7,2 |
| Valor Acrescentado | 10,7 | 6,8 | 2,8 | 14,7 | 8,3 | 7,4 | 7,1 |
| Agricultura, Pecuária e Silvicultura | 9,5 | 6,5 | -13,1 | 10,6 | 12,1 | 9,4 | 9,7 |
| Agricultura | 10,7 | 6,7 | -16,5 | 13,5 | 13,3 | 10,4 | 11,1 |
| Pecuária | 5,8 | 9,2 | 3,5 | -3 | 6,2 | 7,1 | 1,2 |
| Silvicultura e Exploração Florestal | 2,4 | 3,1 | 5 | 0,2 | 6 | 2,1 | 2,6 |
| Pesca | -11 | -2,1 | 4,8 | 0,6 | 1,1 | 6 | -3,8 |
| Ind. Extracção de Minerais | 20,6 | -6,5 | 59,6 | 10,8 | 28,7 | 24,8 | 153,7 |
| Indústria Transformadora | 14,4 | 14,7 | 15,1 | 34,7 | 8,7 | 15,4 | 10,2 |
| Electricidade e Água | 279 | 78,3 | -8,3 | 9,9 | 10,4 | -7 | 8,1 |
| Construção | 26,2 | 3,4 | 13 | 6,7 | 10,8 | 6,9 | -11,8 |
| Comércio | 11,9 | 2,5 | 3,3 | 18,3 | 4,7 | -0,1 | 5,1 |
| Serviços de Reparação | 16,8 | 3,2 | 1,6 | 1,8 | 1,8 | 6,3 | 0,3 |
| Restaurantes e Hotéis | -2,1 | 5,4 | 6,8 | 4 | 5,1 | 8,6 | 9,3 |
| Transportes e Comunicações | 4,8 | 9 | 2,6 | 6,9 | 8,4 | 14,6 | 17,1 |
| Serviços Financeiros | -17,4 | -26,9 | 80,8 | 21,3 | 15,8 | 8 | 1,2 |
| Aluguer de Imóveis | 3,8 | 2,2 | 2,2 | 0,7 | 0,3 | 8,1 | 2,1 |
| Serviços Prestados a Empresas | 20,9 | 4,4 | -0,2 | 13,3 | 1,4 | 0,1 | 3,2 |
| Administração Pública e Defesa | 2,8 | 18,1 | 6,1 | 22,3 | 7,4 | 1,3 | 6,9 |
| Educação | 7,4 | 9,5 | 9,7 | 19 | 4,7 | 3,2 | 14,1 |
| Saúde | 9,5 | 17,1 | 11,7 | 9 | 5,7 | 1,7 | 7,6 |
| Outros Serviços | 9,7 | 10 | 18,3 | 6,8 | 3,3 | 9,1 | 0,1 |
| Direitos de Importação | 14,6 | 2,7 | 7,7 | 5 | 26,3 | 32,1 | 14,5 |
| Serviços de Intermed. Financ. Indirectamente Medidos | -40 | -35,2 | 83,1 | 79,7 | 23,7 | 9,6 | 2,2 |

Fontes: Instituto Nacional de Estatística e Ministério do Plano e do Desenvolvimento.



Quadro 19 Taxas de Pobreza e Disparidades Regionais

Incidência da Pobreza (%), 2003



Fonte: Relatório sobre os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, Moçambique 2005

Quadro 20 – Objectivos de Desenvolvimento do Milénio - Situação de Moçambique

| Objectivo 1 | | POBREZA ABSOLUTA E FOME | | Potencialmente atingível |
|---|------|-----------------------------|-----------|--------------------------|
| Reduzir para metade (1990-2015) a proporção de pessoas que vivem em pobreza absoluta | | | | |
| <i>Indicadores</i> | | | | |
| | 1997 | 2003 | Meta 2015 | |
| Proporção da população que vive abaixo da linha de pobreza | 69,4 | 54,1 | 44,0 | |
| Rácio do fosso da Pobreza | 29,3 | 20,5 | n/a | |
| Parte do Quintil mais pobre no consumo nacional | 6,5 | 6,1 | n/a | |
| Reduzir para metade (entre 1990 e 2015) a proporção de pessoas que sofrem de fome | | | | Improvável |
| <i>Indicadores</i> | | | | |
| | 2001 | 2003 | Meta 2015 | |
| Prevalência do baixo peso em crianças menores de 5 anos | 26,0 | 23,7 | 17,0 | |
| Proporção da população abaixo do nível mínimo de calorias | n/a | n/a | n/a | |
| Objectivo 2 | | EDUCAÇÃO PRIMÁRIA UNIVERSAL | | Improvável |
| Garantir que todos os rapazes e raparigas concluem um ciclo completo de ensino primário | | | | |
| <i>Indicadores</i> | | | | |
| | 1997 | 2003 | Meta 2015 | |
| Taxa líquida de matrícula no ensino primário | 44,0 | 69,4 | 100,0 | |
| Taxa de conclusão do ensino primário | 22,0 | 38,7 | 100,0 | |
| Taxa de alfabetização de pessoas com 15-24 anos | 52,1 | 58,2 | n/a | |
| Objectivo 3 | | IGUALDADE DE GÉNERO | | Improvável |
| Eliminar a disparidade de género em todos os níveis de ensino | | | | |
| <i>Indicadores</i> | | | | |
| | 1997 | 2003 | Meta 2015 | |
| Rácio de raparigas por rapazes no ensino primário | 0,71 | 0,83 | 1 | |
| Rácio de mulheres por homens alfabetizados 15-24 anos | 0,62 | 0,83 | n/a | |
| Percentagem de mulheres no trabalho assalariado não-agrícola | 4,0 | 10,1 | n/a | |
| Proporção de assentos ocupados por mulheres no Parlamento | 28,0 | 35,6* | n/a | |
| Objectivo 4 | | MORTALIDADE DE CRIANÇAS | | Potencialmente Atingível |
| Reduzir em dois terços a taxa de mortalidade de menores de cinco anos | | | | |
| <i>Indicadores</i> | | | | |
| | 1997 | 2003 | Meta 2015 | |
| Taxa de mortalidade de menores de 5 anos (por 1000 nados vivos) | 219 | 178 | 108 | |
| Taxa de mortalidade infantil (0-1ano, por 1000 nados vivos) | 147 | 124 | 67 | |
| Proporção de crianças de 1 ano vacinadas contra o sarampo | 57,5 | 76,7 | 95,0 | |
| Objectivo 5 | | SAÚDE MATERNA | | Potencialmente Atingível |
| Reduzir em três quartos o rácio de mortalidade materna | | | | |
| <i>Indicadores</i> | | | | |
| | 1997 | 2003 | Meta 2015 | |
| Rácio de mortalidade materna (por 100.000 nados vivos) | n/a | 408 | 250 | |
| Proporção de partos assistidos por técnicos de saúde (15-49 anos, %) | 44,2 | 47,7 | n/a | |

| Objectivo 6 HIV-SIDA, MALÁRIA E OUTRAS DOENÇAS | | | |
|---|-------------|-------------|---------------------------------|
| Ter travado e iniciado a inversão do alastramento do HIV-SIDA | | | <i>Improvável</i> |
| <i>Indicadores</i> | <i>1997</i> | <i>2003</i> | <i>Meta 2015</i> |
| Prevalência do HIV nas mulheres grávidas 15-24 anos | n/a | 12,9 | n/a |
| Taxa de uso do preservativo | 0,8 | 1,1 | n/a |
| Rácio de frequência escolar dos órfãos por frequência escolar de não-órfãos 10-14 anos | 0,89 | 0,9 | n/a |
| Ter travado e iniciado a inversão da incidência da malária e de outras doenças graves | | | <i>Potencialmente Atingível</i> |
| <i>Indicadores</i> | <i>2001</i> | <i>2003</i> | <i>Meta 2015</i> |
| Prevalência e taxa de mortalidade associada à malária | 7,0 | n/a | 3,5 |
| Proporção da população em zonas de risco que usa prevenção efectiva e medidas de tratamento | n/a | n/a | n/a |
| Prevalência e taxa de mortalidade associada à tuberculose | 9,7 | 11,0 | 6,0 |
| Proporção de casos de tuberculose detectados e curados no âmbito da estratégia de controlo | 71,0 | 77,0 | 80,0 |
| Objectivo 7 SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL | | | |
| Integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas nacionais | | | <i>Improvável</i> |
| Reduzir para metade a proporção da população sem acesso a água potável e saneamento | | | |
| Ter conseguido uma melhoria significativa no nível de vida dos residentes dos bairros degradados | | | |
| <i>Indicadores seleccionados</i> | <i>2001</i> | <i>2003</i> | <i>Meta 2015</i> |
| População com acesso a uma fonte de água melhorada | 37,1 | 35,7 | 70,0 |
| População com acesso a saneamento melhorado | 41,1 | 44,8 | 60,0 |
| Objectivo 8 PARCERIA GLOBAL PARA O DESENVOLVIMENTO | | | |
| Continuar a desenvolver um sistema comercial e financeiro aberto, previsível e não-discriminatório | | | |
| Abordar as necessidades especiais dos países menos desenvolvidos | | | |
| Tratar de forma abrangente o problema da dívida | | | |
| Formular e implementar estratégias que proporcionem aos jovens um trabalho digno e produtivo | | | |
| Facultar o acesso a medicamentos essenciais a preços acessíveis nos países em desenvolvimento | | | |
| Tornar acessíveis os benefícios das novas tecnologias de informação e comunicação | | | |
| <i>Indicadores seleccionados</i> | <i>1997</i> | <i>2003</i> | <i>Meta 2015</i> |
| Ajuda líquida ao desenvolvimento como % do RNB | 29,5 | 25,2 | n/a |
| Alívio da dívida comprometido no âmbito da Iniciativa HIPC | n/a | 4.300* | n/a |
| Serviço da dívida (% exportações de bens e serviços) | 17,8 | 3,9 | n/a |
| Linhas telefónicas por 1000hab. | 0,2 | 4,6 | n/a |
| Assinantes de celulares por 1000hab. | 4,2 | 14 | n/a |
| Computadores pessoais em uso por 1000hab. | 1,9 | 4,5 | n/a |
| Utilizadores da Internet por 1000hab. | 0,1 | 2,8 | n/a |

* em 2005.

Fonte: Relatório sobre os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, Moçambique 2005

Tendências da Ajuda Internacional em Moçambique²⁹

Apesar de se verificar nos últimos anos uma melhoria significativa na gestão das finanças públicas e de o PARPA II prever um aumento das receitas internas em termos reais, calcula-se que os recursos gerados internamente para financiar os objectivos de desenvolvimento são insuficientes ainda em cerca de 750 milhões de dólares por ano, pelo que a ajuda externa se revela essencial para o desenvolvimento de Moçambique. A dependência da ajuda, em termos de percentagem do Rendimento Nacional Bruto (RNB) situava-se em 25,1% em 2003 e a ajuda ao desenvolvimento correspondeu a cerca de metade do Orçamento de Estado nos últimos cinco anos (44% em 2005). A cooperação internacional revela-se como um vector estratégico da economia e das relações externas de Moçambique, constituindo verdadeiramente *hard politic* no que respeita ao relacionamento e à actuação dos actores externos no país. Ainda em 2006, será aprovada pelo Governo moçambicano a primeira política de ajuda externa e cooperação de Moçambique, com o fim de fortalecer a coordenação e o alinhamento da ajuda externa com as prioridades do país.

A ajuda líquida oficial ao desenvolvimento foi, em média, 1,1 mil milhões de dólares no período compreendido entre 1997 e 2003, correspondendo a 61,8 dólares *per capita* no mesmo período. Neste âmbito, 2002 constituiu um ano excepcional, com a ajuda a disparar para 2,1 mil milhões devido às acções de alívio da dívida externa que representaram aproximadamente metade do valor total da ajuda concedida. Com efeito, em Abril de 1998, Moçambique tornou-se no sexto país a ser considerado elegível para beneficiar da iniciativa HIPC (que diminuiria a sua dívida externa em cerca de 3,7 mil milhões de dólares), ao que se seguiu um alívio adicional anunciado em 1999. Assim, o serviço da dívida em percentagem das exportações de bens e serviços foi reduzido de 21,7%, em 1997, para menos de 3,7% desde 2003, mas, devido ao facto de alguns credores não-membros do Clube de Paris não terem aderido ao esquema HIPC, o *stock* da dívida em 2004 registava ainda 4,4 mil milhões de dólares. O montante gasto por Moçambique para pagar o serviço da dívida duplicou entre 2001 e 2004, atingindo nesse último ano 57,9 milhões de dólares. Já em 2005, o G-8 decidiu conceder um perdão da dívida de 18 países para com o FMI, o Banco Mundial e o Banco Africano de Desenvolvimento, nos quais Moçambique está incluído.

Moçambique é igualmente um dos países africanos com maiores taxas de absorção dos fundos externos. Um exemplo significativo é a utilização dos financiamentos disponíveis ao nível do Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED), ao abrigo do Acordo de Cotonou (Acordo de Parceria entre a UE e os Estados de África, Caraíbas e Pacífico). Os montantes afectados no âmbito do Programa de Cooperação entre Moçambique e a Comissão Europeia (CE) para o período 2002-2007, num envelope global de 329 milhões de euros, revelaram-se insuficientes face às necessidades, ao ritmo de aprovação de projectos e à taxa de execução dos fundos. Assim, e após a realização de uma avaliação intercalar, julgou-se pertinente reforçar o apoio do FED de modo a acelerar os níveis de desempenho do país. Para o efeito, foi emendado o Plano Indicativo Nacional (PIN) em Janeiro de 2005, através da concessão de uma dotação financeira adicional de 205,25 milhões de euros, correspondentes a fundos não-utilizados por outros países. Actualmente, mais de 80% desses recursos estão já comprometidos em vários projectos. Uma missão recente realizada pelo FMI concluiu que Moçambique se situava nos 3 países com melhor performance no cômputo dos países ACP.

Os maiores doadores são o Banco Mundial, a Comissão Europeia, os Estados Unidos, o Reino Unido, os países nórdicos (em particular a Suécia e a Noruega) e a Holanda. De 2004 para 2005, o valor geral da

²⁹ Parte da informação aqui referenciada foi retirada do Relatório de Avaliação do Plano Indicativo da Cooperação e dos Planos Anuais de Cooperação Portuguesa (PIC e PAC) de Moçambique, no período 2004-2006, elaborado por Fernando Jorge Cardoso e Patrícia Magalhães Ferreira,

ajuda desembolsada pelos parceiros externos aumentou, em termos reais, 13,3%, em todas as modalidades de ajuda – à excepção das acções de ajuda ao sector privado, que registaram um decréscimo em termos de montantes afectados.

Moçambique constitui actualmente um balão de ensaio, quer para a prossecução de abordagens inovadoras e novos instrumentos de cooperação, quer para a implementação de esquemas de coordenação entre doadores. A Declaração de Paris³⁰ é o principal quadro de referência para a prossecução de metas de alinhamento com as prioridades do Governo e de coordenação entre os doadores, nomeadamente através da harmonização de diversas componentes da sua actuação. A Comissão Europeia seleccionou vários países como estudos-piloto das iniciativas de coordenação – sendo Moçambique o único na África Subsaariana –, pelo que foi concebido um *road map* a ser aplicado. Várias das componentes deste roteiro são hoje utilizadas para avaliar os esforços dos parceiros nesta área, nomeadamente a partilha de informação entre doadores, a delegação de representação entre parceiros (já efectuada pelos países nórdicos e pelo Reino Unido em algumas áreas sectoriais), a possibilidade de estudos analíticos conjuntos ou a realização de missões externas conjuntas.

O sistema de apoio directo ao Orçamento de Estado moçambicano constitui hoje um dos maiores programas conjuntos de África – quer em termos de volume quer do número de parceiros envolvidos. O esquema actual tem as suas origens numa longa história de coordenação entre o grupo *like minded* de doadores, que começaram a formular planos para um programa comum nesta área em 1998. O Programa Conjunto dos Doadores para o Apoio Macro-Financeiro foi assinado por um grupo original de seis doadores, em 2000. Esse número cresceu para 10 em 2002, 15 em 2004, 17 em 2005, até ao actual G-18, responsável pela ajuda orçamental³¹. Desde 2004, com o novo Memorando de Entendimento (MdE)³² entre o executivo e os doadores presentes na chamada Parceria de Apoio Programático (PAP), o diálogo que estava confinado essencialmente a questões económicas estendeu-se à estratégia, às reformas e aos resultados do combate à pobreza.

Em termos numéricos, o apoio directo ao OE tem registado um aumento em termos absolutos, decorrente do aumento das contribuições de alguns países (como o Reino Unido e a maior parte dos países nórdicos) e da entrada de novos parceiros, a mais recente das quais foi a do Banco Africano de Desenvolvimento, que formalizou a sua adesão em Fevereiro de 2006. O Canadá e a Espanha anunciaram contribuições pela primeira vez em 2005. Estes 18 países da PAP representam mais de 80% de todo o fluxo da ajuda entrada em Moçambique.

No total, os desembolsos efectuados de apoio ao OE e à balança de pagamentos cresceram de cerca de 243,4 milhões de dólares, em 2004, para cerca de 284,8 em 2005 e, previsivelmente, para 310,2 em 2006, conforme se verifica no Quadro 21. O apoio a sectores específicos através de *Sector Wide Approach to Programming* (SWAP) ou de fundos comuns³³ tem igualmente aumentado, embora a um ritmo menor, de 254,2 milhões de dólares, em 2004 e 2005, para um valor indicativo de 332,5 em 2006. Os maiores contribuintes para o OE são, segundo os dados de 2006, o Reino Unido, o Banco Mundial e a Comissão Europeia. Portugal é o menor contribuinte em termos absolutos no que respeita ao OE (com 1,5 milhões de dólares anuais) e não tem qualquer contribuição ao nível sectorial.

³⁰ A Declaração de Paris, aprovada pelo Fórum de Alto Nível co-patrocinado pela OCDE em Março de 2005, marca um nível sem precedentes de consenso e de resolução para reformar a ajuda internacional, com a intenção expressa de a tornar mais eficaz no combate à pobreza mundial. Esta Declaração estabelece os novos princípios enquadramentos da acção internacional, nomeadamente em termos de apropriação dos beneficiários, de correspondência com as prioridades nacionais destes países, de gestão da ajuda em função dos resultados e de harmonização das acções dos doadores

³¹ O G-18 é constituído pelos seguintes doadores: Alemanha, Banco Africano de Desenvolvimento (que aderiu em 2006), Banco Mundial, Bélgica, Canadá, Comissão Europeia, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Holanda, Irlanda, Itália, Noruega, Portugal, Suécia, Suíça e Reino Unido. Os observadores incluem os Estados Unidos, o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Japão e o PNUD.

³² www.pap.org.mz/downloads/documents/mou.doc

³³ Vários sectores têm fundos comuns: a Educação (fundo FASE), a Saúde (três fundos, dos quais o mais importante é o PROSAUDE), a Agricultura (PROAGRI), a Água, e as Estradas. O SWAP mais antigo de África foi criado em Moçambique, no sector da agricultura, em 1991. Apesar da maioria dos doadores contribuir para algum fundo comum, existem doadores que estão presentes no SWAP e não no fundo comum, como é o caso da USAID no sector da saúde.

Em termos de modalidades da ajuda, o PARPA expressa o desejo de que a proporção dos fundos canalizados pelas contas do Tesouro Público seja aumentada e de que os doadores adotem compromissos plurianuais (de pelo menos três anos numa base rolante) por forma a facilitar a programação das actividades do governo, por exemplo no Cenário Fiscal de Médio-Prazo (CFMP)³⁴. A meta da Declaração de Paris para a proporção da «Ajuda programática» – ou seja, da soma da ajuda ao OE e da ajuda sectorial – na ajuda total ao Governo é de mais de 66%, prevendo-se que em Moçambique essa proporção seja de 57,9% em 2006. No entanto, verifica-se que a modalidade de Ajuda a Projectos permanece a componente mais importante do portfólio da ajuda da maior parte dos doadores e a sua proporção na ajuda total está a aumentar rapidamente (aumento de 26,5% entre 2004 e 2005 e cerca de 18,5% previstos entre 2005 e 2006).

As recentes mudanças nos sistemas de orçamentação e planificação apontam para uma integração progressiva dos Fundos Sectoriais no Orçamento Geral do Estado, por forma a permitir uma afectação mais racional e uma maior coerência entre os dois tipos de ajuda. Existe ainda um forte enfoque na necessidade de todos os recursos da ajuda ao desenvolvimento, sejam em dinheiro ou em espécie (através de projectos tradicionais, controlados pelo doador), deverem estar reflectidos no OE, por forma a haver uma maior coordenação e controlo dos fluxos externos por parte do executivo moçambicano. As metas de Paris incluem, entre outras, que 85% da ajuda externa seja incluída no OE e que pelo menos 75% da ajuda seja desembolsada de forma atempada. Não obstante, muitos dos projectos executados pelos doadores e por ONG internacionais continuam a estar fora deste esquema, dificultando o conhecimento e a planificação da ajuda.

Em termos organizativos, a PAP está organizada numa estrutura com vinte e quatro grupos de trabalho distribuídos por quatro pilares temáticos e questões transversais, nos quais os doadores, o governo e algumas organizações da sociedade civil participam para monitorizar a evolução de uma série de indicadores acordados conjuntamente. Esta matriz é conhecida por Quadro de Avaliação do Desempenho (QAD) ou PAF (Performance Assessment Framework), é definida de acordo com os indicadores do PARPA e constitui um anexo do Plano Económico e Social (PES) anual do Governo. Do QAD/PAF não fazem parte indicadores políticos, mas existem princípios orientadores (como a democracia e os direitos humanos), cuja violação pode motivar a suspensão da ajuda.

Neste âmbito, são realizadas reuniões regulares a três níveis: chefes de missão (embaixadores), chefes de cooperação, economistas. A Presidência do G-18 é assegurada de forma rotativa anual entre os parceiros, existindo um *Steering Committee* ou *troika*, constituída por 3 doadores, aos quais se juntam o Banco Mundial e a Delegação da Comissão Europeia em termos permanentes (*Troika Plus*).

O apoio ao OE tem provocado um diálogo sobre políticas que inclui os vários «detentores de interesse» e que tem motivado a participação de doadores que inclusivamente não fazem parte da ajuda orçamental. Os Grupos de Trabalho sectoriais (que vão desde a agricultura, a saúde ou a educação, até ao sector das águas ou ao sector privado) podem incluir vários tipos de ajuda, como a abordagem por projectos. Como exemplo, refira-se que a USAID não concede ajuda orçamental em Moçambique mas é membro do grupo de avaliação do desempenho e preside ao grupo de trabalho sobre o sector privado. O PNUD assume um papel relevante no grupo de trabalho relativo à descentralização. A sociedade civil participa também nesta coordenação, nos casos em que há uma identificação clara das partes interessadas – como acontece no grupo do sector privado, onde a Confederação das Associações Económicas de Moçambique (CTA) é o principal interlocutor moçambicano, não existindo uma contraparte governamental.

Cada grupo de trabalho escolhe um doador como líder, que dirige as reuniões e se assume como principal interlocutor perante o Governo Moçambicano para determinado sector ou sub-sector. Isto

³⁴ O CFMP é basicamente uma previsão de recursos internos e externos que são projectados com base em pressupostos macroeconómicos e tem como função definir os limites de despesas sectoriais para elaboração do Orçamento de Estado.

depende não apenas da contribuição financeira de cada doador, mas da *expertise* e capacidade de liderança, o que explica que a Suíça presida actualmente ao grupo de trabalho da saúde ou a Bélgica tenha um papel preponderante ao nível dos grupos de trabalho da área económica.

Os grupos de trabalho constituem não apenas fóruns especializados de debate sobre questões técnicas, mas igualmente sedes de discussão e influência sobre directrizes sectoriais. Com estes mecanismos de coordenação, o Development Partners Group (DPG) – o grupo de coordenação dos doadores presidido pelo PNUD e pelo Banco Mundial – perdeu nos últimos anos alguma da sua importância como consequência indirecta do reforço de todos os esquemas de coordenação em redor do G-18. Em paralelo, verificou-se uma perda de influência das Nações Unidas em Moçambique, depois de uma primeira fase pós-conflito em que a organização foi preponderante para o relançamento do desenvolvimento económico. Isto significa, por um lado, que os doadores não presentes na ajuda orçamental podem experimentar alguma dificuldade acrescida nas linhas de comunicação com o Governo e, por outro lado, que a ajuda fora do orçamento pode estar ainda menos coordenada do que anteriormente.

Apesar dos avanços significativos ao nível da complementaridade e da monitorização da eficácia da ajuda em Moçambique, o diálogo é ainda desequilibrado, uma vez que o processo continua em grande medida a ser liderado pelos doadores («*donor driven*»). O grande número de grupos de trabalho e a existência de uma multiplicidade de doadores e parceiros, com diferentes agendas e prioridades, representa uma exigência acrescida para os ministérios moçambicanos, já por si institucionalmente débeis. Os recursos humanos que tratam destas questões no executivo moçambicano estão sobrecarregados por terem de responder diariamente a um número elevado de solicitações, acabando por não ter capacidade real de coordenação de todos os grupos.

O Governo e os parceiros realizam reuniões bi-anuais conjuntas de revisão e avaliação do desempenho – em Março-Abril (revisão anual, que segue a produção do Balanço do PES) e em Agosto-Setembro (revisão semestral, que antecede a submissão do PES e do OE ao Parlamento). Das 49 metas acordadas para 2005 no QAD, 36 foram atingidas ou parcialmente atingidas³⁵. A avaliação conjunta de 2005 deu conta de evoluções positivas em diversos sectores, nomeadamente na afectação das verbas a sectores sociais considerados prioritários, como a educação ou a saúde³⁶. Todos os sectores do pilar do desenvolvimento económico alcançaram progressos substanciais em 2005, embora alguns continuem vulneráveis a choques exógenos, como a agricultura. O sector com pior desempenho foi o da Governação, onde 8 dos 13 indicadores não foram atingidos em 2006, particularmente nas áreas da reforma do sector público, da justiça e do combate à corrupção.

Os doadores submetem-se igualmente, desde 2004, a uma avaliação independente do seu próprio desempenho, nomeadamente em termos de previsibilidade dos compromissos e desembolsos efectuados, ou de percentagem da ajuda afectada ao apoio programático, entre outros indicadores³⁷.

Neste âmbito, a avaliação do desempenho dos PAP em 2005 salienta que a meta estabelecida para a proporção da ajuda ao OE e à balança de pagamentos na ajuda total ao Governo (40%) não será previsivelmente atingida, uma vez que os PAP afirmam que apenas 26% da sua ajuda ao governo será apoio directo ao orçamento em 2006. Para 5 dos PAP, o apoio ao OE representa mais de 40% da sua ajuda. Contudo, deve tomar-se em consideração o facto de que mais de 90% dos fluxos da ajuda em

³⁵ Revisão Conjunta 2006, Aide-Mémoire. www.pap.org.mz/downloads/reviews/j_r_2006/aide_memoire_rc2006_portugues.zip

³⁶ Segundo a revisão anual conjunta de 2005, a despesa nos sectores prioritários alcançou 67% da despesa total, dos quais 55% nos sectores da educação e da saúde (em comparação com 63% e 50% respectivamente, em 2004).

³⁷ Para consultar a avaliação do desempenho dos PAP em 2004, ver KILLICK, T.; CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno; GESTER (2005): *Perfect Partners? The Performance of Program Aid Partners in Mozambique in 2004*, Maputo, disponível em www.dfid.gov.uk/pubs/files/mozambique-performance-paps.pdf. A avaliação dos PAP de 2005 pode ser consultada em ERNST & YOUNG MOÇAMBIQUE (2006): *Revisão do Desempenho dos Parceiros para Ajuda Programática (PAP) em 2005 e Metas da Matriz de Avaliação do Desempenho dos PAP para 2006*. Relatório de um consultor independente, Grupo PAP e Governo de Moçambique, Maputo, Maio, disponível em <http://old.developmentgateway.org/download/256327/PAPsPAFFinalReport.pdf>

2004 e 2005 eram parte de programas multianuais e bilaterais ainda em curso em 2006, aprovados antes da assinatura do MdE e da Declaração de Paris, pelo que os números ainda apontam para um legado do passado.

No geral, tanto a avaliação do desempenho dos PAP como a generalidade dos relatórios sobre a ajuda directa ao OE em Moçambique salientam o *balanço positivo* desta modalidade da ajuda no país. Genericamente, a conclusão é que Moçambique está a ter um melhor desempenho que outros países de nível semelhante de desenvolvimento e de dependência da ajuda, para além de que indicadores como a responsabilização mútua e o exercício de eficácia da ajuda estão mais avançados. Isto deriva em grande parte das características específicas que o apoio ao orçamento tomou em Moçambique: é produto da aprendizagem e evolução de outras formas de ajuda; é dirigido pelos doadores bilaterais; é o principal denominador comum da associação entre os membros, mas a parceria abraça outras formas de apoio programático; tem uma estrutura organizacional e sistemas de revisão complexos e que permitem uma avaliação transparente do desempenho.

A Avaliação Conjunta do Apoio Orçamental Geral 1994-2004³⁸, elaborada para sete estudos de caso, salienta que, no caso de Moçambique, o desenho original desta parceria é muito importante para o contexto nacional e criou um quadro que tem permitido expandir o enfoque na pobreza e aumentar a participação do Governo, de uma forma que não poderia ter surgido da ajuda a projectos. Para além disso, a ajuda orçamental motivou uma série de reformas do sector público e do sistema de gestão das finanças públicas, que são importantes para reforçar a capacidade e a apropriação dos recursos por parte das autoridades moçambicanas.

Existe, portanto, uma necessidade paralela de capacitação da administração central moçambicana. O apoio ao OE coloca o ónus da execução sobre o aparelho de Estado moçambicano, que num passado recente tinha poucos recursos em vários sentidos: uma base fiscal reduzida, uma administração centralizada mas verticalmente fragmentada, sistemas de gestão inadequados, baixos níveis de pessoal qualificado e um fraco sistema legislativo e judicial. Actualmente a capacidade para a análise de políticas, orçamentação e execução são ainda fracas, enquanto o desenvolvimento dessas capacidades tem estado largamente fragmentado e dividido em projectos maioritariamente de curto-prazo. As reformas em curso – como é o caso do Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado (SISTAFE) – irão provavelmente conduzir a melhores taxas de execução orçamental. Isto não invalida a necessidade de programas de médio e longo-prazo, mais coerentes e definidos conjuntamente, na área da assistência técnica e da capacitação institucional.

Quadro 21

Evolução do apoio geral ao Orçamento de Estado de Moçambique

| Resumo das contribuições financeiras | Milhões de USD | | | | |
|--------------------------------------|----------------|--------|--------|--------|-------------------|
| | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | Compromissos 2007 |
| Alemanha | - | 4,274 | 4,510 | 12,300 | 12,76 |
| Banco Africano de Desenvolvimento | - | - | - | - | 30,00 |
| Banco Mundial | - | 60,000 | 60,000 | 60,000 | 70,00 |
| Bélgica | - | 3,650 | 2,620 | 3,680 | 3,83 |
| Canadá | - | - | 2,000 | 2,000 | 2,26 |
| Comissão Europeia | 71,000 | 70,400 | 56,760 | 55,350 | 55,04 |
| Dinamarca* | 8,800 | 0 | 10,000 | 9,800 | 10,26 |
| Espanha | - | - | 3,600 | 3,680 | 3,83 |
| Finlândia | 3,200 | 4,857 | 5,140 | 6,150 | 6,38 |
| França | 3,200 | 3,751 | 3,960 | 3,680 | 2,55 |

³⁸ Avaliação Conjunta do Apoio Orçamental Geral 1994-2004, 2006. Os estudos de Caso foram: Burkina Faso, Malawi, Moçambique, Nicarágua, Ruanda, Uganda e Vietname.

| | | | | | |
|--------------|----------------|----------------|----------------|----------------|---------------|
| Holanda | 17,000 | 17,207 | 23,420 | 22,140 | 22,97 |
| Irlanda | 6,600 | 7,149 | 7,840 | 7,380 | 11,48 |
| Itália | - | 3,776 | 8,140 | 3,940 | 4,85 |
| Noruega | 10,500 | 9,411 | 10,850 | 11,500 | 19,63 |
| Portugal | - | 1,499 | 1,500 | 1,500 | 1,50 |
| Reino Unido | 15,600 | 27,364 | 56,560 | 63,600 | 67,07 |
| Suécia | 13,600 | 13,857 | 17,600 | 26,900 | 41,09 |
| Suíça | 5,300 | 7,407 | 7,700 | 3,940 | 6,54 |
| Total | 154,800 | 234,611 | 282,210 | 297,540 | 372,04 |

Fonte: Website PAP (www.pap.org.mz) e Secretariado dos PAP (para os dados 2007)

A Dinamarca não fez desembolsos em 2004 por não ter, na altura, um programa bilateral acordado com o Governo.

Quadro 22

Composição do portfólio geral dos PAP (2004-2006)

USD

| | 2004 | 2005 | 2006 |
|--|--------------------|----------------------|----------------------|
| | Desembolsado | Desembolsado | Planeado |
| Apoio à Balança de Pagamentos (BoPS)* | 60.071.616 | 0 | 9.721.004 |
| Apoio Directo ao Orçamento (GBS) | 183.274.000 | 284.825.713 | 300.530.100 |
| SWAPS ou Fundos Sectoriais /Comuns | 254.204.238 | 254.268.471 | 332.543.266 |
| Ajuda a Projectos | 287.501.085 | 372.448.019 | 467.459.440 |
| Apoio ao Sector Privado | 25.710.822 | 21.214.666 | 24.596.421 |
| Ajuda a ONG | 57.911.057 | 71.934.630 | 66.461.726 |
| Outros | 26.873.256 | 16.387.926 | 54.880.829 |
| Cooperação Descentralizada** | 8.780.213 | 3.870.000 | n.d. |
| Ajuda Total | 904.326.287 | 1.024.949.425 | 1.256.192.786 |

* A partir de 2005 o Banco Mundial fornece recursos para o GBS, o que explica o quase desaparecimento do BoPS

** Refere-se às agências de cooperação regional de Espanha

Fonte: Revisão do Desempenho dos PAP em 2005, Relatório de um Consultor Independente, Ernst & Young, Maio 2006

Tendências do Comércio e Investimento

Um dos principais objectivos do programa quinquenal (2005-2009) do Governo é a criação de condições favoráveis ao investimento e o desenvolvimento de uma classe empresarial nacional, aumentando as receitas internas e diminuindo, conseqüentemente, a grande dependência de Moçambique face à ajuda externa. As reformas levadas a cabo nos últimos anos permitiram criar algumas condições legais e institucionais para a atracção do investimento, interno e externo, embora os investidores continuem a enfrentar entraves vários – barreiras comerciais, procedimentos de tributação complexos, ineficiente funcionamento do sistema judicial, custos elevados de transporte, burocracia – que aumentam consideravelmente os custos de fazer negócio, nomeadamente em termos de tempo. No entanto, a credibilidade externa de Moçambique é em grande parte responsável pelo facto de a *Multilateral Investment Guarantee Agency* (MIGA) – a agência do Banco Mundial para cobertura de riscos do investimento em países em desenvolvimento – ter vindo a registar um maior interesse na economia moçambicana. Em 2000-2001, Moçambique figura pela primeira vez na lista dos dez países africanos que atraem mais IDE, subindo de cerca de 100 para 300 milhões de dólares em 2000 e para 960 milhões em

2001³⁹. No entanto o comportamento do investimento não tem sido linear, havendo mesmo um ligeiro decréscimo nos últimos anos.

Em 2004, os níveis globais de investimento sofreram uma quebra, situando-se nos 508 milhões de dólares (incluindo IDE, empréstimos internacionais e investimento privado interno)⁴⁰, enquanto em 2003 tinham sido propostos 868 milhões de dólares para serem aplicados em 112 projectos de investimento submetidos à apreciação do Centro de Promoção de Investimentos (CPI)⁴¹. Esta descida deve-se, em parte, à conclusão das obras de montagem dos projectos de investimento da Mozal II e da Sasol, que em 2003 tinham sido responsáveis pela injeção de um maior volume de investimento estrangeiro. Exclusivamente em termos de investimento directo estrangeiro, os valores situam-se nos 124,1 milhões de dólares em 2004. Já em 2005, o IDE conheceu um crescimento de 32.58%, totalizando 164.6 milhões de dólares.

Em 2005, a África do Sul solidificou a sua liderança no *ranking* dos países com mais investimentos directos em Moçambique, com mais de metade do valor global referente ao IDE naquele período (94,7 milhões de dólares, investidos em 52 iniciativas empresariais). O Reino Unido reconquistou a sua posição de investidor número dois no país, com 27,8 milhões de dólares, aplicados em 15 projectos, reassumindo o lugar que, em 2004, foi ocupado pelo Zimbabué.

Espera-se que esta tendência positiva se mantenha com o advento das reformas e simplificação dos processos de licenciamento, incentivos ao investimento e, mais importante, a redução do custo de investir em Moçambique, de forma a tornar o clima de investimento mais atractivo e favorável ao comércio externo. Para tal concorrem, também, a melhoria da gestão dos fundos públicos e a consolidação fiscal, e ainda a gestão dos recursos naturais (com especial atenção à questão da terra) e a aplicação de uma estratégia de desenvolvimento rural ampla (promovendo os sectores de uso intensivo em mão-de-obra). No âmbito do programa quinquenal de Governo, estão em curso acções com vista a: i) redução do custo de realização de negócios e dos custos de investir em Moçambique; ii) tornar o mercado laboral mais flexível, iii) melhorar a infra-estrutura básica; e iv) modernizar os regulamentos de *procurement* do sector público. Com a simplificação dos regulamentos para o licenciamento comercial e industrial, assim como da inspecção das actividades comerciais e industriais, procura-se criar um ambiente mais favorável ao investimento. Foi recentemente adoptado o novo Código Comercial (o anterior era o código português de 1888), mais em linha com as modernas tendências do mercado e do direito comercial. Adicionalmente, está em curso a revisão da Lei de Trabalho, de forma a introduzir maior flexibilidade no que respeita a autorização de trabalho para trabalhadores estrangeiros e o recrutamento e despedimento de trabalhadores de uma forma geral. Está também em curso uma profunda reforma do sector financeiro abrangendo a área das pensões e seguros.

Para além dos investimentos externos há que considerar os investimentos do orçamento, que continuam a assumir um papel extremamente importante a nível das infra-estruturas, nomeadamente na reabilitação das estradas, construção das pontes dos rios Zambeze e Rovuma, a reabilitação das linhas férreas de Sena e Ressano Garcia, entre outros.

Fazendo uma análise de médio prazo, verifica-se que, de Janeiro de 1990 a Dezembro de 2005, um total de 2,141 projectos foram aprovados ao abrigo da lei de investimentos, criando aproximadamente 254,170 postos de trabalho e totalizando 14 mil milhões de dólares de investimento realizado. Destes, 25,65% correspondem a Investimento Directo Estrangeiro, e 12,66% a Investimento Directo Nacional (IDN). O remanescente corresponde a empréstimos, reinvestimentos e subsídios. A província de Maputo atraiu a

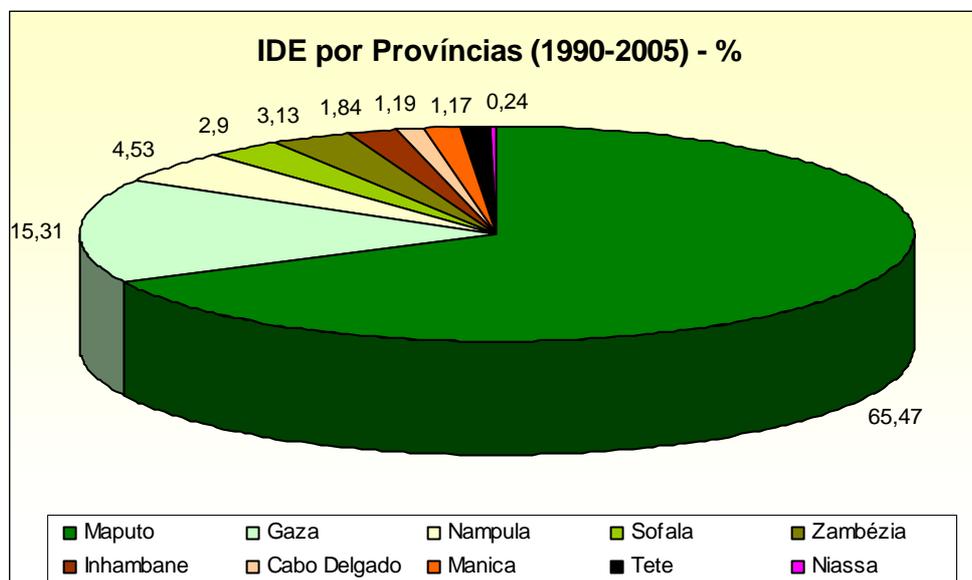
³⁹ In Almeida Matos, Mimeo, apresentado na conferência do projecto, IEEI, Março 2006.

⁴⁰ In *The Role of the SADC Lusophone Countries in Regional Integration*, 2004. Paper apresentado na conferência "Monitoring the SADC Regional Integration, Junho 2005. Pode existir disparidade relativamente a outras fontes, devido aos critérios utilizados (por exemplo, alguns dados do Centro de Promoção de Investimentos englobarem investidores externos e nacionais, algumas fontes não incluem projectos iniciados em 2004 mas não finalizados, etc)

⁴¹ «IDE regista queda de 65% em 2004». In *Correio da Manhã Moçambique*, 25 de Maio de 2005

maior parte do investimento no período 1990-2005, totalizando 2.4 mil milhões de dólares. As províncias de Gaza, Nampula, Sofala, e Zambézia totalizaram 553 milhões, 164 milhões, 152 milhões, e 105 milhões de dólares em IDE, respectivamente.

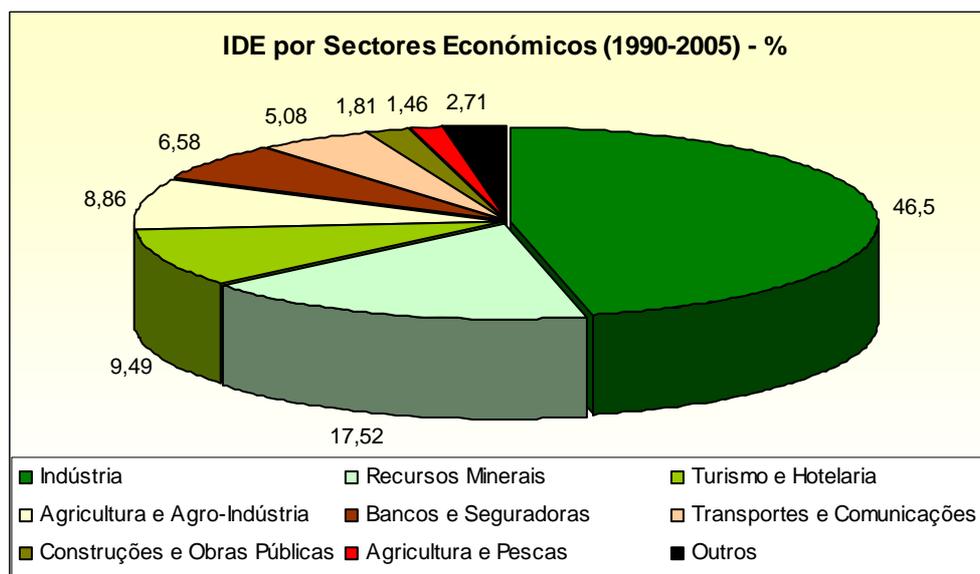
Quadro 23



Fonte: CPI.

Apesar de Moçambique ser um país eminentemente agrícola, a maior parte do IDE, entre 1990 e 2005, foi direccionado para o sector da indústria (1,7 mil milhões de dólares). Segue-se o sector dos recursos minerais e de energia com 636 milhões de dólares. Os sectores de hotelaria e turismo (345 milhões de dólares), agricultura e agro-indústrias (322 milhões de dólares), banca e seguros (239 milhões de dólares), ocuparam o terceiro, quarto e quinto lugares, respectivamente.

Quadro 24



Fonte: CPI.

Durante o período 2000-2005 foram aprovados 840 projectos totalizando 8.359 milhões de dólares em investimento. Destes, 142 projectos, correspondente a 479,7 milhões de dólares, foram aprovados em 2005. Os seis maiores investidores em Moçambique, desde 2000, são a África de Sul, Austrália, Portugal,

Maurícias, Reino Unido e Irlanda, que em conjunto representam 90,69% de todo o investimento estrangeiro⁴².

Tratando-se de uma economia pequena, o efeito dos mega-projectos iludem significativamente a estatística de investimento em Moçambique. Ao analisar as estatísticas de investimento, de 2000 em diante, é necessário ter especial consideração pelos grandes projectos, como a fábrica de Alumínio MOZAL (I e II), o Gasoduto de Temane, pela SASOL/ENH, e a extracção e processamento de areias pesadas (Projecto de Areias Pesadas de Moma por Kenmare Resources – Irlanda). A importância que os mega-projectos têm no total dos fluxos de investimento estrangeiro distorce o peso dos diferentes investidores; assim se explica que países como a Austrália ou a Irlanda, envolvidos em grandes projectos (MOZAL e areias pesadas de Moma, respectivamente), mas com uma presença pouco significativa em Moçambique, se contem entre os principais investidores.

É também importante referenciar outros projectos a realizar nos próximos anos, e presentemente em fase de estudo de viabilidade, como o Projecto do Carvão de Moatize (Companhia do Vale do Rio Doce – Brasil) com 2 mil milhões de dólares de investimento confirmados; a extracção e processamento de areias pesadas (Areias Pesadas de Chibuto por WMC – Austrália) com 1,5 mil milhões de dólares de investimento previsto; e o projecto da Barragem de Mphanda Nkuwa (que está na fase de procura de financiadores), de 2 mil milhões de dólares de investimento.

O impacto destes projectos é particularmente importante, quer pelo número de postos de trabalho directos que vai criar, quer pelas empresas prestadoras de serviços que poderão fomentar e que terão um enorme significado para as economias locais.

Quadro 25
Principais investidores em Moçambique no período 2000 – 2005

| País | Total de 2000 - 2005 | |
|---------------|----------------------|-------|
| | Milhões de Dólares | % |
| África do Sul | 1.164 | 51,77 |
| Austrália | 442,2 | 19,68 |
| Portugal | 142,7 | 6,35 |
| Maurícias | 136,3 | 6,06 |
| Reino Unido | 117,7 | 5,24 |
| Irlanda | 103,8 | 4,62 |
| Zimbabuê | 20,1 | 0,89 |
| Holanda | 19 | 0,84 |
| Índia | 12 | 0,53 |
| Jugoslávia | 5 | 0,22 |

Fonte: Centro de Promoção de Investimento (CPI)

A China, embora ainda não esteja entre os dez maiores investidores, começa a ocupar um espaço significativo, especialmente na construção civil, que tinha sido até agora um dos sectores preferenciais do investimento português. Na verdade, segundo um estudo publicado pelo FMI, mais de um terço das estradas actualmente em construção em Moçambique está a cargo de empresas chinesas e a tendência parece ser semelhante no que concerne à construção de infra-estruturas básicas de saneamento e abastecimento de água. A criação de um Centro de Investimento Chinês é um exemplo dos actuais incentivos ao estabelecimento de empresas chinesas em Moçambique

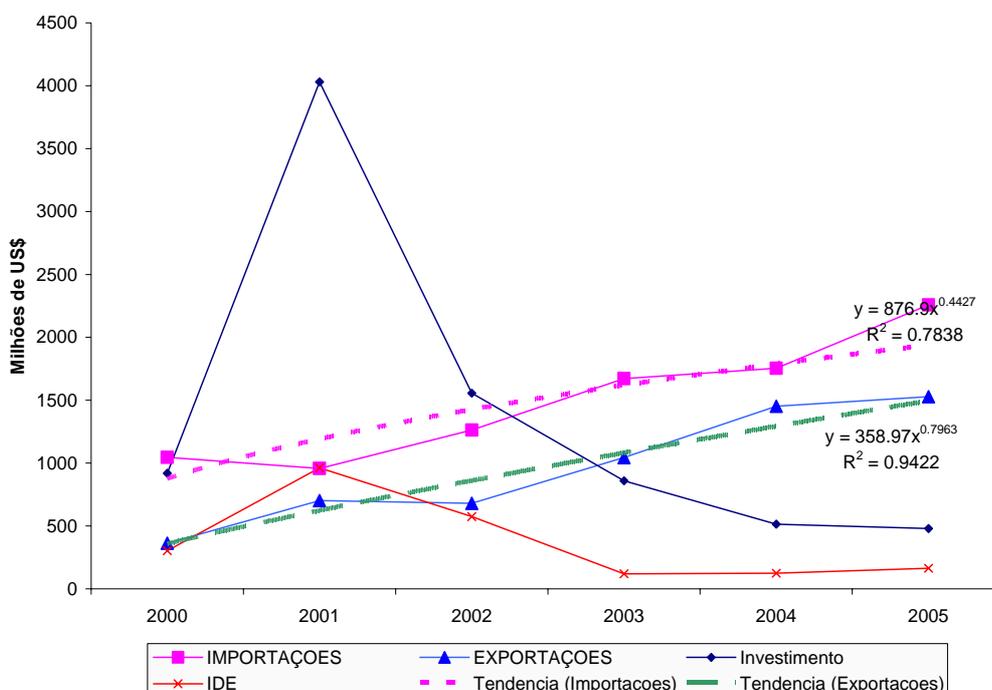
⁴² In Almeida Matos, Mimeo, apresentado na conferência do projecto, IEEI, Março 2006.

Em termos comerciais, Moçambique é membro da Organização Mundial de Comércio (OMC) e beneficia de um conjunto de mecanismos de acesso ao mercado concedidos aos países menos desenvolvidos, nomeadamente a iniciativa *Everything but Arms* (EBA), o *Africa Growth and Opportunity Act* (AGOA) e o Sistema Generalizado de Preferências oferecido por países como a China, o Canadá e o Japão. No entanto, o país colhe poucos benefícios destas oportunidades, pelo facto de não possuir suficiente capacidade nacional de geração de oferta exportável. As importações representaram em 2005 cerca de 28% do PIB, contra o peso de 7,3% das exportações no PIB (excluindo nos dois casos os mega-projectos).

A integração económica regional no âmbito da SADC (200 milhões de consumidores), facilitando as trocas comerciais entre os Estados membros bem como os restantes acordos de que beneficia o país poderão dar um incentivo à criação de indústrias exportadoras. As reformas são no sentido da diminuição gradual das tarifas de importação (no âmbito do Protocolo Comercial da SADC), eliminação das restrições quantitativas, eliminação das tarifas de exportação, e estabelecimento de zonas de processamento para exportação com incentivos fiscais e de facilidade de importação. Com efeito, Moçambique mantém relações comerciais significativas com os países da região. A África do Sul, o Zimbabué, a Suazilândia e o Malawi contam-se entre os principais destinos das exportações de Moçambique e é natural que esta tendência se acentue a partir de 2008, quando 85% das mercadorias deverão estar isentas de direitos aduaneiros, e de 2013, com a livre circulação de bens. Este facto poderá produzir algumas alterações na relevância comercial dos diversos países, contribuindo, nomeadamente, para o reforço da posição cimeira da África do Sul. Já em 2006, a abolição de visto relativamente à África do Sul resultou num crescimento de 25,5% no sector dos transportes e comunicações, no primeiro semestre do ano.

O Governo tem como objectivos no presente quinquénio (2005-2009) a extensão dos incentivos à exportação às pequenas empresas, a aceleração do processo de reembolso do imposto sobre o valor acrescentado (IVA), o melhoramento do acesso das empresas ao sistema financeiro, o melhoramento da capacidade de satisfação das medidas sanitárias e fito-sanitárias, em particular para o mercado europeu.

Quadro 26
Evolução e tendência, Importações e Exportações; Evolução do IDE



Fonte: INE Moçambique, BdM e CPI.

Quadro 27

Ranking dos países por Investimento e Comércio Internacional

| Rank | País investidor | Investimento Directo Estrangeiro (2000-05) | | País de Destino | Exportações (2000-04) | | País de Origem | Importações (2000-04) | |
|------|-----------------|--|--------------|-----------------|-----------------------|--------------|-----------------|-----------------------|--------------|
| | | Total | | | Total | | | Total | |
| | | Em 1000 USD | % | | Em 1000 US\$ | % | | Em 1000 USD | % |
| 1 | Africa do Sul | 1,163,494,848 | 51.77% | Holanda | 955,192 | 35.99% | Africa do Sul | 2,857,037 | 39.33% |
| 2 | Australia | 442,186,500 | 19.68% | Belgica | 703,908 | 26.52% | Portugal | 383,678 | 5.28% |
| 3 | Irlanda | 103,824,075 | 4.62% | África do Sul | 581,117 | 21.89% | Holanda | 248,463 | 3.42% |
| 4 | Portugal | 142,729,134 | 6.35% | Zimbabue | 200,591 | 7.56% | Estados Unidos | 222,880 | 3.07% |
| 5 | Maurícias | 136,286,337 | 6.06% | Portugal | 157,434 | 5.93% | Índia | 215,888 | 2.97% |
| 6 | Reino Unido | 117,650,258 | 5.24% | Espanha | 156,485 | 5.90% | Japão | 141,846 | 1.95% |
| 7 | Jugoslávia | 5,000,000 | 0.22% | Malawi | 98,100 | 3.70% | China | 124,431 | 1.71% |
| 8 | Zimbabue | 20,066,548 | 0.89% | Índia | 71,652 | 2.70% | Austrália | 114,212 | 1.57% |
| 9 | Holanda | 18,972,307 | 0.84% | Japão | 64,197 | 2.42% | França | 109,284 | 1.50% |
| 10 | India | 12,015,062 | 0.53% | Suiça | 59,759 | 2.25% | Paquistão | 76,880 | 1.06% |

Fonte: INE Moçambique, BdM

Como consequência dos mega-projectos, houve uma significativa alteração dos tradicionais parceiros comerciais de Moçambique, quer nas exportações quer nas importações. Assim, a Holanda localiza-se no topo da lista dos países de destino absorvendo 35.99% das exportações, no período 2000-05. A posição holandesa justifica-se por ser o exclusivo importador de lingotes de alumínio a partir de 2004, produzido pela Mozal e a África do Sul pela exportação do gás natural. É de salientar que, até 2003, a Bélgica era a maior importadora de lingotes de alumínio. Moçambique é actualmente o 3º maior fornecedor de alumínio para a União Europeia.

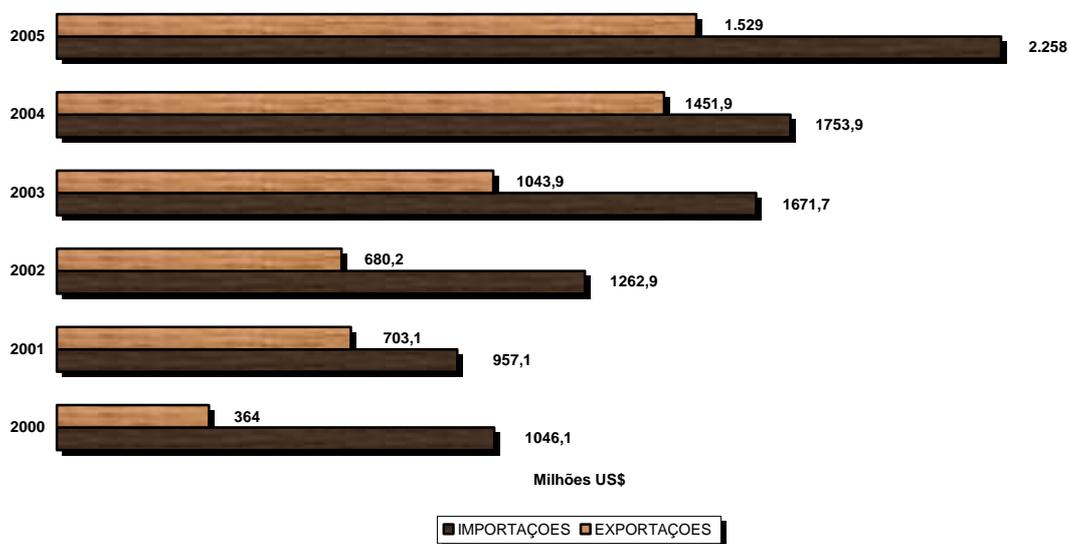
Relativamente às importações, a África do Sul continua a ser o grande fornecedor do país, principalmente de produtos alimentares, electricidade e equipamento e maquinaria. De notar que a Austrália, fornecedor da principal matéria-prima para a Mozal (a alumina), ocupa o oitavo lugar de entre as fontes de importação, sendo que anteriormente não tinha qualquer tipo de relação comercial com Moçambique. A China ocupa actualmente o sétimo lugar como fornecedor de Moçambique e é previsível que se imponha a médio-prazo como um dos principais parceiros comerciais do país, também ao nível das exportações.⁴³

Entre Janeiro de 2000 e finais de Setembro de 2005⁴⁴ as exportações totalizaram 5.772 milhões de dólares e as importações 8,950 milhões de dólares. Isto espelha o facto que a balança comercial moçambicana foi deficitária durante este período. De realçar que as exportações, apresentam uma tendência de crescimento superior à do crescimento das importações (44,44% para 21,37%), o que significará, a médio prazo, uma balança comercial equilibrada.

⁴³ Por exemplo, no período entre 1998 e 2003, as exportações para a China (essencialmente de madeira) aumentaram cerca de 10%, o maior crescimento registado entre os actores externos. *The Effect of China and India's Growth and Trade Liberalisation on Poverty in Africa*. Department for International Development United Kingdom, Maio 2005

⁴⁴ As estatísticas referentes aos anos 2004 e 2005 correspondem a estimativas oficiais do INE.

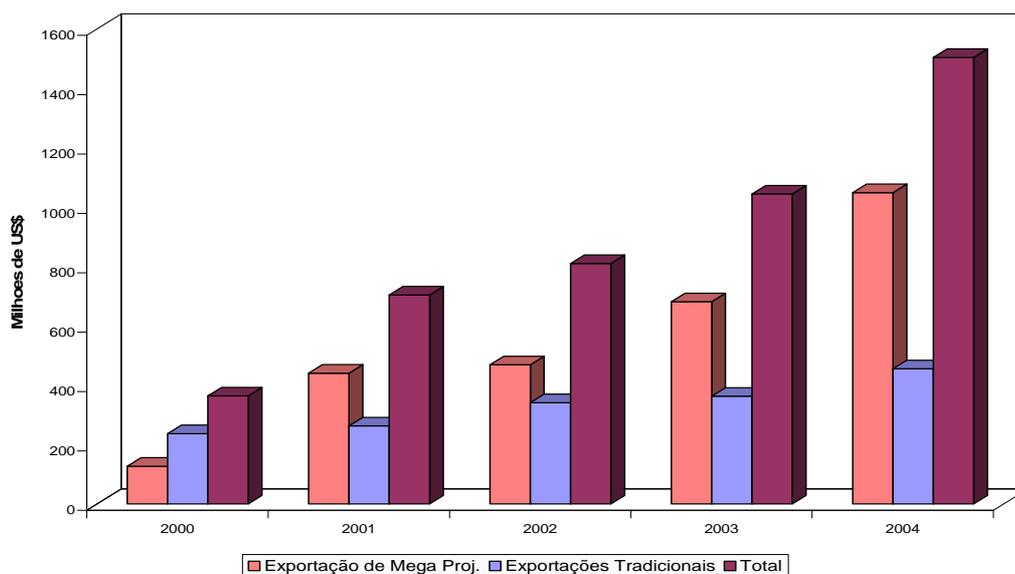
Quadro 28
Exportações e Importações de 2000 a 2005



.Fonte: INE Moçambique e BdM.

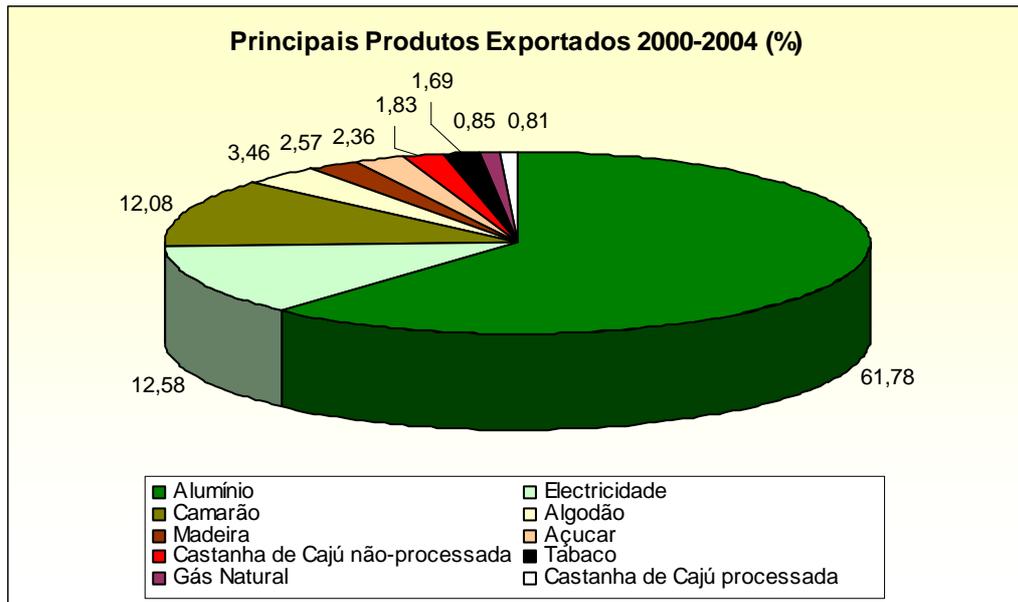
À medida que os mega-projectos entram na fase produtiva, o impacto nas exportações é importante. Os projectos mais relevantes foram a Mozal (fases I e II) e o oleoduto de gás natural da SASOL/ENH. Olhando para a composição das exportações verifica-se um rápido crescimento dos produtos dos mega-projectos de 2000 para 2004.

Quadro 29
Composição das Exportações



Fonte: Banco Mundial.

Quadro 30

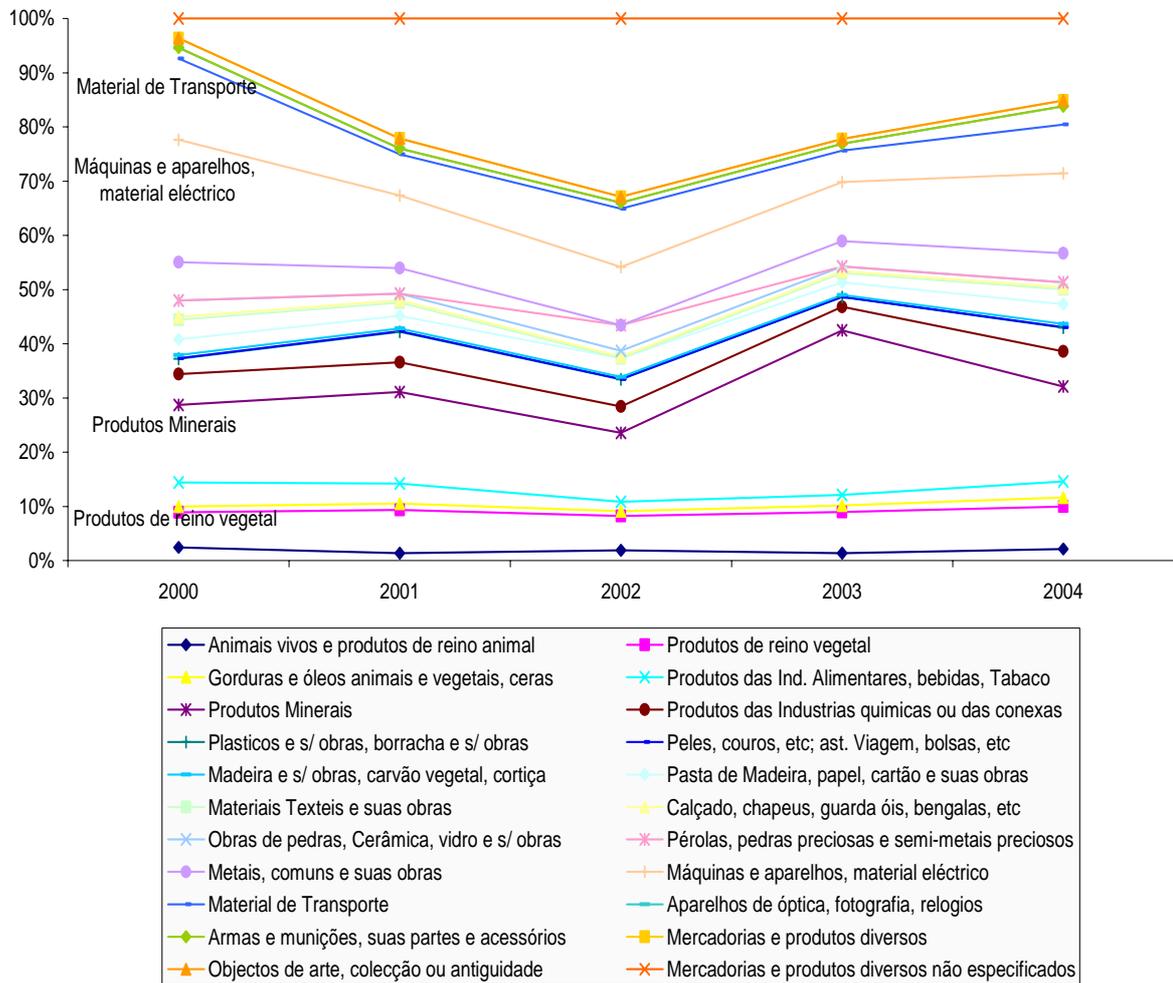


Fonte: Banco Mundial

Os principais produtos de exportação no período 2000-2004 foram: alumínio (2.287,1 milhões de dólares); camarão (465,7 milhões de dólares); electricidade (447,3 milhões de dólares); algodão (127,9 milhões de dólares); e madeira (95,2 milhões de dólares). O açúcar e a castanha de caju não processada ocuparam a sexta (87,4 milhões de dólares) e sétima (67,6 milhões de dólares) posições, respectivamente. De realçar o crescimento das exportações de tabaco desde 2003, acumulando até 2005, um montante de 62,4 milhões de dólares.

As importações moçambicanas têm crescido a uma taxa inferior à do crescimento das exportações. Apesar do crescimento das importações de produtos minerais, especificamente de combustíveis minerais, óleos minerais e produtos da sua destilação – nomeadamente para abastecer as necessidades de funcionamento dos mega-projectos –, o défice da balança comercial tende a diminuir, já que se verifica um maior crescimento das exportações, dado o início de actividades dos mega-projectos e o melhoramento dos termos de troca.

Quadro 31
 Importações por tipo de produto



Fonte: INE Moçambique